Cidadania e Defesa

BOLETIM INFORMATIVO

n.º 44 I Outubro - Dezembro 2011

Sumário

3 Editorial

4 Viagem Anual da AACDN

6 XI Congresso Nacional da AACDN

10 Portugal no Conselho de Segurança da ONU

16 A Centralidade das Pessoas para a Segurança

20 Apelo à Reflexão

24 Na gávea da Nau – Futebol versus Educação

26 Acabar com Falsas "Verdades"

30 "Cidadania e Defesa" a prestigiar a AACDN

32 Actualidades & Acontecimentos

37 Sábados Culturais

38 1 de cada vez – Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão

Capa: Pormenores das capas dos Boletins do Biénio 2010/2011

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

Direcção **Isabel Maria Meirelles** Edição **Francisco Marques Fernando** Composição Gráfica **Elisa Pio** Colaboração Fotográfica **Lusa - Agência de Notícias de Portugal,** Impressão **Europress, Lda** Rua João Saraiva, 10-A - 1700-249 Lisboa Tel: 218 444 340 - Fax: 218 492 061 E-mail: Europress@mail.telepac.pt Tiragem **1000 Exemplares** Depósito Legal nº **260726/07**

AACDN - Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto 1250-184 Lisboa • Tel : 213 465 888 • Fax: 213 257 886 •E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

www.aacdn.pt

Editorial

Caros Associados,

Chega, dentro em breve, ao fim, uma aventura que decidi abraçar em articulação estreita com a Direcção que me acompanhou, em nome da defesa e da consolidação da portugalidade, pelo prisma da ética e dos valores, onde era imperioso que a AACDN procedesse, na vertente externa, a uma divulgação na acção realizada da boa imagem da Associação e, na vertente interna, a uma necessária e serena organização, envolvendo e motivando o seu valoroso capital humano, cimentado em todos os seus associados, sem excepção, gerando condições para partilhar a AACDN com potenciais associados, gerando uma estreita relação de solidariedade, franca e aberta, onde a Associação tivesse o espaço que lhe é devido e que é maior que a soma de todos nós.

Assim, desejo transmitir, neste momento, mais propício à reflexão do que o inventariar o conteúdo do Boletim – cada vez mais rico e dinâmico ao longo das sucessivas edições – um agradecimento a todos vós e à minha equipa de Direcção e de Secretariado que, com empenho e dedicação absoluta, todos os dias trabalha para a dignificação de todos os Auditores portugueses, inclusive junto das nossas congéneres estrangeiras.

Trabalhámos, sem descanso, no sentido de modernizar a nossa Associação, trazendo-a para o mundo global das novas tecnologias, com sistemas informáticos de última geração, que nos permitem, agora, comunicar através de um simples clique de um rato, e nos possibilitam difundir, de forma mais célere, mais visível e eficaz, os nossos objectivos, actividades e imagem. Para isto contribui a construção de um novo site mais amigável e moderno, de um *blog*, bem como do *facebook* da AACDN que conta, neste momento, com mais de 1.500 seguidores. Nesta senda de comunicação, as newsletters electrónicas permitiram também dar a conhecer, quase em tempo real, as múltiplas, variadas e renovadas actividades que fomos levando a cabo.

Mas para além da forma, também o conteúdo foi muito cuidado e apurado, procurando iniciativas, de preferência inovadoras, que entrosassem harmoniosamente a vertente civil e militar, tentando estabelecer ou reestabelecer formas de colaboração com as diversas entidades que operam no domínio da Segurança e Defesa.

Assim, no horizonte temporal da nossa acção durante este mandato, soubemos encontrar espaço para estreitar as relações institucionais com as mais diversas instituições militares e civis, demos dimensão estruturada ao nosso Encontro Nacional e ao nosso Congresso Nacional, fomos responsáveis na gestão cuidada e rigorosa do património da nossa AACDN, fomos seguros na defesa ética e lançámos raízes para o crescimento, sempre difícil de novas ideias na acção realizada, concreta e definida, visível e transparente, ousando romper com o bafio das palavras soltas e dos discursos vazios que aquecem somente o caminho de quem os entroniza.

Por fim, não posso deixar de agradecer, sensibilizada, o voto de confiança que me foi conferido, a mim e a toda a Direcção, que me acompanhou, neste mandato que agora tem o seu epílogo. Estou certa de que soubemos honrar o compromisso assumido na senda da construção de uma Associação e de um Portugal de futuro sustentado e harmonioso.

Até sempre!

Isabel Meirelles
Associada n.º 1

Viagem Anual da AACDN

Realizou-se entre os dias 30 de Agosto e 7 de Setembro a viagem anual da AACDN.

Foi, como todos sabem, à Malásia e a Singapura, na senda da portugalidade, como tem sido lema desta Direcção, pelo que o seu ponto alto foi, como não poderia ter deixado de ser, a visita a Malaca.

Conquistada para a Coroa Portuguesa em 24 de Agosto de 1511, pelo grande Afonso de Albuquerque, faz precisamente 500 anos, era incontornável a visita àquela cidade que representou durante 130 anos, juntamente com todas as outras conquistas, a capacidade de afirmação do Portugal de então.

Afonso de Albuquerque toma a cidade de Malaca, após a recusa do Sultão em libertar de pronto 16 portugueses que aí se encontravam cativos.

Após a conquista, passa a Coroa portuguesa a controlar o rico comércio que, obrigatoriamente, se fazia pelo Estreito de Malaca no caminho entre a Europa e a Índia e a China e o Japão.

Conquistada pelos holandeses em 1641, começou a sua

De sublinhar a magnífica réplica da mítica Nau de Afonso de Albuquerque, a "Frol de La Mar", a qual, transformada em "Livro de História vivo" largamente dedicado à presença portuguesa, impressiona pelas suas dimensões avassaladoras e fidedignidade.

Entretanto, havíamos passado por Kuala Lumpur, capital e centro da Malásia, onde pontificam as conhecidas Torres Petronas, símbolo do poder do petróleo no mundo actual, e onde as três culturas mais fortes da região convivem sem se misturarem: a muçulmana, a chinesa e a indiana.

decadência comercial, ao ponto de ser abandonada aos ingleses em meados do Séc. XIX, os quais, por sua vez, mantêm o declínio em favor de Singapura.

Mas, uma vez mais, a política de miscigenação empreendida pelos nossos antepassados deu os seus frutos em termos da manutenção da nossa cultura ao longo dos séculos.

É assim que, mesmo arrasada pelos holandeses, para que não sobrevivessem traços da cultura portuguesa, nunca aqueles que se consideram luso-descendentes deixaram de o afirmar com orgulho até aos dias de hoje. Exigiram, alguns anos atrás, a criação de um Bairro português, onde as ruas têm nomes familiares portugueses (Rua Sequeira, Rua Teixeira, Rua Albuquerque,...). Casas há que ostentam ainda o nome da família, caso dos Mello. A entrada no Bairro fez-se por um arco festivo, erguido em honra das festas de S. Pedro de 2011, decorado com gente malaia vestida com os nossos trajes típicos do Ribatejo e Minho, em direcção a uma praça larga sobre a praia (Portuguese Square), onde, à esquerda, se encontra o moderno Hotel Lisboa e, à direita, o grande "Restourant de Lisbon".

Dos contactos com a população ainda se sente o orgulho se serem luso-descendentes.

Uma pequena história: Aquando da visita às ruínas da Igreja de S. Paulo (onde S. Francisco Xavier primeiramente esteve sepultado antes de o seu corpo ser transladado para Goa), como a língua falada com desenvoltura pelo nosso consócio Engenheiro Miguel Martinha parecesse estranha, foi-lhe perguntado por um local de que país era. Quando lhe explicou que era de Portugal, a resposta imediata foi: "Welcome home"...

Em Malaca, além do sentimento português de alguma das suas gentes, resistem o Bastião e a Porta de Santiago da antiga fortaleza, mandada construir por Afonso de Albuquerque, "A Famosa", a Igreja de S. Paulo e quatro salas no museu local dedicadas a Portugal, que suplantam as três dedicadas à Holanda, e as duas pequenas dedicadas a ingleses e japoneses.

Finalmente, estada em Singapura, cidade-estado que mostra bem por que razão é a cidade do mundo onde vivem mais milionários. A força do capital e da organização encontra-se espelhada em todos os ambientes.

Regressados a casa, ficou-nos o sentimento de que somos herdeiros deste fundo histórico, que felizmente teima em não desaparecer, pelo que é expectável que, ainda, possamos fazer muito pelo nosso futuro.

Autora

Isabel Meirelles
Associada n.º 1

XI Congresso Nacional da AACDN

Decorreu nos dias 21, 22 e 23 do passado mês de Outubro o XI Congresso da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, subordinado ao tema "Em Defesa da Marca Portugal". Vivendo Portugal uma das mais profundas crises da sua longa História, bem se compreende que a Direcção da nossa Associação tivesse escolhido este tema para debate deste congresso.

E se é verdade que esta crise está longe de se circunscrever aos aspectos económicos e financeiros, também não é menos verdade que estes assumem particular acuidade. Crise sistémica, de dimensão global, mergulhando raízes numa globalização desregulada, no predomínio dos interesses financeiros sobre a economia e no desrespeito por elementares princípios éticos e morais, traduzindo-se em baixa propensão ao investimento, fraco dinamismo

da produção, crescentes desigualdades na distribuição da riqueza, desemprego e maior pobreza.

Entre nós, graves reduções feitas ou previstas nas remunerações e nas pensões de larga franja da população portuguesa, a par do significativo aumento da carga fiscal, elevada taxa de desemprego e um quadro fortemente recessivo, parecem ser motivos mais que suficientes para abalarem seriamente o nosso entusiasmo, a nossa alegria e, o que é mais grave, a nossa esperança num futuro próximo.

Reconhecendo a importância e também a urgência em que sejam implementadas as condições que nos permitam

o regresso à auto-estima, à confiança no futuro e ao estímulo no trabalho produtivo, num quadro solidário e de coesão social, o tema escolhido, neste momento particularmente difícil, convocou todos os Auditores de Defesa Nacional a darem o seu contributo para que Portugal, orgulhoso do seu passado, da sua História, tenha as competências, mas também a vontade e a audácia para criar as condições objectivas para voltar a sentir-se orgulhoso do seu presente e confiante no seu futuro.
Por outro lado, sendo o turismo uma actividade de extremo relevo na economia nacional, tanto ao nível das receitas que gera, como da mão-de-obra que incorpora, bem se justifica que este nosso congresso tivesse decorrido no Algarve.

Salienta-se também, e com particular agrado, o facto de a nossa congénere La Associacón de Diplomados en Altos Estudios de la Defensa Nacional ter participado neste nosso congresso, com uma delegação chefiada por D. Antonio Colino.

A sessão solene de abertura teve lugar no Cine-Teatro de Loulé e na mesa estiveram o Secretário de Estado da Defesa, o Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, o Presidente da AMAL, a Presidente da Direcção da AACDN, que presidiu, e a Subdirectora do IDN.
Salienta-se também o facto de o Presidente da República, na impossibilidade de estar presente, ter enviado uma mensagem escrita, na qual salientava que "A necessidade de crescimento económico é um imperativo nacional".

Terminada a conferência inaugural - excelente lição proferida pelo Prof. Doutor Adelino Maltez - deslocámo--nos para o Castelo-Museu onde, num fim de tarde ameno, foi servido um Porto d´Honra, proporcionando um agradável e interessante momento de convívio entre as entidades presentes, convidados, participantes no congresso e seus acompanhantes e de onde seguimos para o jantar no Convento de Santo António.
No segundo dia, manhã cedo, porque o programa era extenso e variado, demos início aos trabalhos, os quais decorreram em Faro, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
Ao longo do dia, a defesa da Marca Portugal foi discutida e analisada, quer na excelência das 14 comunicações proferidas e que, de forma muito variada, mas tendo sempre como denominador comum a elevadíssima qualidade, enquadraram os temas e subtemas, quer na pertinência das perguntas formuladas e interesse das respostas dadas nos períodos de debate.
Como é timbre da AACDN, fizemos uma discussão franca e aberta, liberta de peias políticas, ideológicas ou de qualquer outra natureza, apenas e tão só animados pelo superior interesse de servir Portugal, no respeito pelos princípios e valores éticos, morais e de cidadania que nos regem e que buscam o seu fundamento nas normas estatutárias que alicerçam a nossa Associação.
Foi, inquestionavelmente, uma profícua jornada de trabalho, onde, tal como previsível, a Marca Portugal, mais do que analisada e discutida, foi defendida.
Um dia de intenso trabalho chegava ao fim, aproximava--se o fim do congresso, porém houve ainda tempo para um breve mas interessantíssimo apontamento de fado,

ou não fosse também este uma referência da Marca Portugal.
Deu-se depois início à sessão de encerramento em que o Presidente do Conselho Fiscal da nossa Associação apresentou as conclusões do Congresso e tivemos também oportunidade de ouvir umas breves mas muito interessantes palavras proferidas pelo Presidente da

Câmara Municipal de Faro, tendo de seguida a Presidente da Direcção encerrado os trabalhos.
No terceiro e último dia, ainda mal refeitos do jantar e do programa de diversão do casino de Vila Moura, rumámos ao porto onde apanhámos o barco que nos levaria num agradável e didáctico passeio pela Ria Formosa, com paragem para almoço na Ilha Deserta.
Terminava, assim, mais uma interessante e participada actividade promovida pela nossa Associação.

Presidente do Conselho Fiscal
José Monteiro

Foto © Lusa

Portugal no Conselho de Segurança da ONU

1979-80/1997-98/2011-12

Portugal foi eleito em Outubro de 2010 como membro não-permanente do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas. Esta não foi a sua primeira experiência nesse órgão: cumpriu um primeiro mandato em 1979/1980, outro em 1997/1998 e está desde Janeiro deste ano a cumprir o terceiro.

A primeira experiência: 1979-1980

A candidatura portuguesa para um lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança no biénio 1979-80, nasce por iniciativa do experiente embaixador Vasco Futscher Pereira. A candidatura surge, aliás, devido à

convicção, senão mesmo persistência do embaixador Futscher Pereira, pois a proposta foi acolhida com algum cepticismo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Em rigor, na altura prevalecia um certo desconhecimento e falta de experiência no MNE sobre as matérias relacionadas com o CS. A campanha foi lançada tardiamente, tendo por isso a diplomacia portuguesa tido pouco tempo para a preparar. Portugal conduziu uma campanha intensa a nível bilateral e também de cobertura geral centrada na ONU. Portugal concorria com dois países do Grupo Ocidental: Noruega e Malta. A candidatura de Lisboa tinha dois *handicaps*: por parte dos países do Terceiro Mundo, em particular de certos países africanos, Portugal ainda era visto como um país colonizador; em alguns sectores era também, erroneamente, visto como um país comunista, nomeadamente pelos países árabes. Do lado positivo há que referir os factores que jogavam a favor de Portugal, a saber: ter feito a descolonização de acordo com os princípios e resoluções da ONU, o que explica algum prestígio junto dos G-77 e o restabelecimento rápido de relações com antigas colónias; ter evoluído para um regime democrático, o que lhe valeu a simpatia dos países ocidentais.

Portugal desempenhou um importante papel ao liderar a Comissão de apuramento de factos para examinar a situação relativa aos colonatos nos territórios ocupados desde 1967, inclusive Jerusalém, criada pela Resolução 446 de 22 de Março de 1979. O *chairman* da Comissão era o Embaixador Leonardo Mathias. O dilema que Portugal enfrentava ao integrar a Comissão era entre não confrontar Israel, país com o qual tinha estabelecido recentemente relações diplomáticas, e ser simultaneamente rigoroso, não escondendo a realidade dos factos.

Ainda no âmbito do conflito israelo-árabe, um dos episódios em que Portugal teve uma intervenção decisiva foi na mediação realizada na sequência da polémica desencadeada em 1980 pela decisão do Estado de Israel de transferir a embaixada israelita para Jerusalém. Este evento desencadeou uma reacção muito forte e uma proposta de resolução com tom crítico e particularmente agressivo. Portugal considerou que o tom ofensivo e hostil da resolução devia ser moderado, doutra forma seria um texto inaceitável para os países ocidentais. Coincidindo com a presidência portuguesa em Agosto, Portugal convocou uma reunião com os países ocidentais (França, Reino Unido, EUA, Irlanda e Noruega) que, com a mediação da Tunísia, conseguiu atenuar o tom virulento do texto.

A primeira experiência portuguesa no CS conferiu a Portugal uma maior amplitude de visão, uma visão mais universal sobre o papel da ONU e dos grandes temas da política mundial. Portugal passou, assim, do tratamento de poucos assuntos que dominavam tradicionalmente a sua agenda de política externa, para uma situação em que tinha de tomar posição sobre uma agenda muita vasta. O desafio, relacionado em dar uma resposta autónoma a cada uma das questões suscitadas pela agenda dos acontecimentos internacionais, traduziu-se numa sobrecarga de exigência que forçou a rede diplomática portuguesa a alargar o seu horizonte temático habitual. Houve, portanto, necessidade de efectuar um esforço de reflexão, tomar posições com consequências sobre temas de grande importância e sobretudo em áreas novas, onde a política externa por regra não se exercia. Portugal exerceu essa responsabilidade de forma declarada e empenhada nas várias áreas em que teve de se pronunciar.

A actuação portuguesa granjeou o respeito dos Estados-membros: como pequeno país que era, Portugal era visto como imparcial, como um mediador, um Estado que procurava consensos, até pelo facto de não ter interesses a defender e não estar sujeito à lógica de interesses dos grandes Estados e blocos. Desempenhou um papel activo especialmente na mediação de conflitos no Médio Oriente.

Em termos dos grandes fóruns da diplomacia internacional, os pequenos países não estão necessariamente em desvantagem. Sendo certo que não dispõem do poder de influência das grandes potências, também não suscitam a desconfiança com que muitas vezes são encaradas as iniciativas de quem alimenta aspirações hegemónicas mais ou menos ameaçadoras ou arrogantes (Negreiros, 1998).

A actuação portuguesa marcou-se pela disponibilidade de ouvir as posições contrastantes e tentar encontrar uma intermediação. Naturalmente, a presença, mesmo que temporária no CS, dá ao país que lá está uma projecção inédita e uma posição de influência, sobretudo pelo facto de estar no epicentro dos acontecimentos e no locus do processo de decisão: Portugal era solicitado por outros Estados que procuravam junto dele informações e intermediações. Outro aspecto que merece uma referência explícita é o facto dos diplomatas portugueses no CS usufruírem nessa altura de grande liberdade de actuação, de grande flexibilidade, de capacidade de decidir em função da natureza dos acontecimentos (e não em função de linhas políticas já definidas). Essa autonomia explica-se pelo contexto político interno do país, em particular pelo facto de o país estar ainda em fase de consolidação do regime democrático.

O Biénio 1997-98

A candidatura portuguesa foi lançada em 1989 no âmbito de uma "estratégia de progressiva afirmação e valorização do papel de Portugal no plano multilateral", no âmbito das organizações internacionais (Paixão, 1997: 67). Como refere Negreiros, "para a enquadrar, há que recuar uma década e encontrar, no fim dos 80, a definição da orientação política que lhe está na origem e a que a diplomacia de Lisboa vem dando corpo desde então" (Negreiros, 1998).

No domínio da política externa, a candidatura ao CS deve ser entendida como o corolário de outras acções destinadas a colocar diplomatas portugueses em posições de destaque, como a eleição de Freitas do Amaral para

Presidente da 50ª Assembleia Geral e do Emb. José Cutileiro como Secretário-Geral da UEO (União da Europa Ocidental).

Portugal conduziu uma campanha "sistemática, metódica, empenhada e em várias frentes ... num quadro de grande discrição e de aparente tranquilidade" (Paixão; 1997: 73). Na campanha, Portugal fez valer uma fundamentação sólida e realista: a sua vocação universal; a moderação da sua política externa, bem como a sua disponibilidade e acessibilidade no plano externo; o facto de a sua política externa não ser movida pela arrogância ou pelos interesses económicos; a defesa do princípio de mais representação e rotatividade no CS; a sua contribuição para a ONU, em termos orçamentais e de participação em operações de paz. Efectivamente, "o argumento da rotatividade, combinado com o facto de só termos estado uma única vez no CSNU, foi sendo acolhido de forma extremamente positiva por crescente número de países" (Paixão, 1997: 71). Na fase final da campanha, e para marcar a diferença dos seus dois concorrentes ocidentais, Portugal, para salientar a sua vantagem competitiva, sublinhou que, apesar de se encontrar na Europa, actuaria como verdadeiro representante dos países do Sul (Paixão: 1997: 82).

Valeu a Portugal o investimento efectuado em África, o apoio do mundo árabe e da América Latina: Portugal foi eleito no segundo escrutínio, após a Suécia, com 124 votos, derrotando a Austrália (Paixão, 1997: 82).

Foto © Lusa

As prioridades da agenda portuguesa

Impulsionado pela consciência de que os países que não estão no CS têm uma menor participação nas decisões daquele órgão e que esse facto cria um fosso entre o CS do resto da organização (Monteiro, 98, 76), Portugal pugnou por criar uma maior participação nos trabalhos do CS, sem diminuir a eficácia daquele órgão (Monteiro, 1998: 76-7). O objectivo era alterar os métodos de trabalho no CS com vista a maior "democraticidade, abertura, transparência e participação" (Monteiro, 1998: 89).

Outra das prioridades defendidas por Portugal foi igualmente a de alargar o âmbito limitado de temas discutidos e potenciar o contributo de certos actores essenciais cruciais para a apreciação de certos dossiers, como países vizinhos e representantes de agências especializadas (Monteiro, 1998: 76).

Portugal promoveu as discussões temáticas sobre questões de carácter geral, não necessariamente de interesse específico para os membros do CS, mas que, numa interpretação mais abrangente das suas competências, se situavam no seu âmbito de actividades. Portugal convidou a Alta Comissária para os Refugiados, Sadako Ogata, a vir falar perante o CS, o que veio a criar um precedente (Monteiro, 1998, 81; Monteiro, 2003: 88). O Emb. António Monteiro refere que a reacção inicial foi extremamente negativa por parte de alguns parceiros: "Recordo um colega britânico interrogando-se com ironia sobre "uma visão portuguesa" que não tinha em conta o facto de o Conselho de Segurança ser um órgão vocacionado para a acção e não um areópago destinado a seminários ou conferências dedicadas a generalidades..." (Monteiro, 2003: 86).

Portugal promoveu assim a discussão de questões de Direitos Humanos, temas humanitários (protecção dos refugiados e do pessoal humanitário), as causas dos conflitos, as sanções e a consolidação da paz após os conflitos ("peacebuilding") (Monteiro, 2003: 86).

Portugal apresentou várias propostas e iniciativas com vista a fortalecer as garantias de continuidade dos processos de paz, com vista a evitar que possíveis ganhos obtidos em resultado da constituição das operações de paz pudessem ser posteriormente malbaratados. Portugal defendeu um conceito que é hoje corrente em matéria de reabilitação dos Estados pós-conflito e na família das Nações Unidas, Banco Mundial, FMI e PNUD: as ligações de interdependência entre segurança, desenvolvimento sustentável a longo-prazo e a promoção dos direitos humanos (Monteiro, s.d.: 3). É de salientar que, na recta final de 1998, o CS reconheceu a importância do assunto, ao realizar um debate público e a aprovação de uma declaração presidencial sobre o tema (Monteiro, 1999: 40).

Portugal presidiu ao Comité de sanções contra o Iraque, um cargo que assumiu desde que chegou ao CS

Em termos operacionais, Portugal presidiu ao Comité de sanções contra o Iraque, um cargo que assumiu desde que chegou ao CS, altura em que o conhecido programa "petróleo por alimentos" começava a funcionar, e para o qual foi reeleito por unanimidade em 1998. A delegação portuguesa prestou ainda particular atenção a três questões da agenda do CS: Angola, Guiné-Bissau e ex-Jugoslávia:

O Biénio 2011-12

A candidatura portuguesa foi anunciada em 2000 pelo governo de António Guterres, mas a campanha só teve início em 2006. Portugal enfrentou a competição do Canadá e da Alemanha. Portugal usou vários argumentos, modulados com ênfase diferente dependendo do contexto e do interlocutor: o de que só tinha estado anteriormente no CS por duas vezes; o chamado "argumento da dimensão": sendo um Estado pequeno, a eleição de Portugal salvaguardaria o direito dos pequenos e médios Estados a estarem presentes no CS; a contribuição do país para operações de paz das Nações Unidas, tendo em conta o seu PIB per capita e seu tamanho; a sua participação activa em várias organizações mundiais e regionais de carácter multilateral; a sua capacidade de promover o diálogo entre diferentes civilizações, culturas, continentes e regiões; a sua posição de defensor do direito internacional, do multilateralismo eficaz e do primado das Nações Unidas nos assuntos internacionais; e a sua atitude de independência e procura da moderação e compromisso (Gorjão, 2010: 3-5).

... sendo um Estado pequeno, a eleição de Portugal salvaguardaria o direito dos pequenos e médios Estados a estarem presentes no CS

A actividade de Portugal no CS

O Médio Oriente tem sido o assunto mais frequente na agenda do CS, tanto em termos de reuniões formais quanto informalmente: tal como refere o programa da presidência portuguesa do CS iniciado a 1 de Novembro, os primeiros 10 meses no CS foram marcados por "mudanças imprevisíveis, especialmente no mundo árabe, que colocaram novos desafios à segurança internacional e exigiram um esforço maior para superar as diferenças e chegar a um consenso" (Portuguese presidency, 2010). O volume de reuniões em diferentes formatos tem sido muito intenso, dada a necessidade de corresponder aos acontecimentos nos diferentes palcos em que se tem jogado a "Primavera Árabe" e a multiplicidade de iniciativas, com diferentes graus de êxito e publicidade.

Portugal tem o tamanho certo para ser útil à paz e segurança mundiais: nem suficientemente grande para ser uma ameaça, nem pequeno demais para não ser significativo - e os factos demonstram que Portugal tem desempenhado um papel importante

Portugal tem adoptado uma atitude que se poderá caracterizar como pragmática e desinteressada, o que tem permitido manter uma certa equidistância dos interesses em jogo, em particular dos membros permanentes do Conselho. Será caso para dizer que, aqui como noutras frentes, Portugal tem o tamanho certo para ser útil à paz e segurança mundiais: nem suficientemente grande para ser uma ameaça, nem pequeno demais para não ser significativo - e os factos demonstram que Portugal tem desempenhado um papel importante.

Portugal votou a favor das resoluções 1970 e 1973, sempre deixando claro que o fazia tendo em mente o texto das resoluções, cuja tónica estava na protecção de civis ("Explanation of Vote by The Representative of Portugal", 17.3.2011). Este ponto foi sempre reiterado em todo o processo. Ao mesmo tempo, o pragmatismo que orienta a posição portuguesa levou a diplomacia lusa a defender intervenções tão limitadas quanto possível, de forma a deixar sempre margem para processos genuinamente nacionais e protagonizados pelas forças políticas de cada país em transição democrática. Daí, uma certa cautela com o facto de alguns membros do CS invocarem o recurso ao Tribunal Penal Internacional (TPI), uma vez que o uso intempestivo deste mecanismo pode por vezes revelar-se mais um obstáculo a soluções políticas que encurtem os conflitos.

Outro ponto importante, no caso da Líbia, foi a escolha de Portugal, por aclamação, para a presidência do Comité de Sanções ao regime líbio. A escolha deveu-se à confiança técnica depositada em Portugal pelos demais Estados e também à noção de que Portugal poderia guiar os trabalhos do Comité com imparcialidade, sem agendas escondidas

... a escolha de Portugal, por aclamação, para a presidência do Comité de Sanções ao regime líbio. A escolha deveu-se à confiança técnica depositada em Portugal pelos demais Estados

nas suas acções. Pode dizer-se que o trabalho do Comité, tanto na aplicação das sanções como agora no momento da respectiva redução, deve-se tanto ao compromisso assumido, como à capacidade de gerir interesses conflituantes entre as diversas partes do conflito. A firmeza no cumprimento do mandato confirma sobretudo aos olhos dos países árabes a ideia de que Portugal, mesmo sendo membro da NATO e da UE, é um país ocidental confiável e cumpridor dos compromissos assumidos, tanto na campanha para o CS, quanto depois de eleito.

Portugal tem estado na vanguarda da actividade do CS sobre as convulsões no mundo árabe e tem coordenado a sua acção com os demais Estados membros da União Europeia neste capítulo. Nem sempre há uma coincidência de pontos de vista, em dossiês, como o pedido de adesão da Palestina à ONU, da Síria e do Iémen.

No tocante á Ásia e à Europa, há interesses nacionais particulares tanto em Timor, onde Portugal participa na UNMIT, como nas missões de manutenção de paz em que estão presentes tropas portuguesas, como a EUFOR na Bósnia e a KFOR/UNAMA no Kosovo. Portugal está profundamente envolvido no reforço das instituições timorenses e a normalização do processo democrático naquele país (Seabra, 2011: 6). A cooperação bilateral, levada a cabo através da UNMIT (e não só), é particularmente sensível nos sectores da Segurança, da Justiça e da Educação. O Brasil, actualmente membro do CS, também está activo em Timor e tem sido possível cooperar de perto, o que foi particularmente importante aquando da negociação da renovação do mandato da UNMIT em Fevereiro de 2011. Foi necessário preservar a essência do mandato da missão de forma a permitir a preparação do ciclo eleitoral de 2012 e a não retirar meios à ONU, fundamentais para a continuação do trabalho em prol das instituições e do povo timorenses.

Na Europa, e em especial no Kosovo, que no Verão assistiu a uma degradação da situação de segurança no Norte, Portugal tem agido como "honest broker" entre os dois lados seriamente cristalizados: Rússia e P-3. Durante o primeiro semestre deste ano, o tema principal sobre o Kosovo foram as acusações contidas no Relatório Dick Marty, em que se implicava toda a cúpula governativa do Kosovo numa rede de tráfico de órgãos humanos "colhidos" de prisioneiros de guerra sérvios. A Sérvia e a Rússia insistiram em que o caso fosse investigado e eventualmente julgado por uma estrutura semelhante ao Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia. A oposição de vários membros permanentes do CS inviabilizou a proposta, apontando-se antes para a missão de Estado de Direito da UE no Kosovo, a EULEX, como o instrumento adequado para uma tal missão. Portugal foi um dos catalizadores do subsequente e continuado reforço da EULEX enquanto entidade investigadora destas acusações.

Um aspecto essencial e que é transversal à acção portuguesa, é o esforço para, em qualquer resolução do CSNU, declaração presidencial ou comunicado à imprensa, incluir linguagem tão forte e vinculativa quanto possível sobre Direitos Humanos, Protecção de Civis e o papel das mulheres nos processos de paz e reconciliação nacionais (quando seja o caso). Estes pontos são especialmente prementes em casos como as resoluções respeitantes ao Corno de África, Haiti e Afeganistão. Esta preocupação é já reconhecida como marcadamente portuguesa e tem valido a Portugal reconhecimento, mas também recriminações. Ao mesmo tempo que Portugal se empenha (e com êxito) em promover a visibilidade e essência legitimadora dos direitos humanos na acção da ONU, é muitas vezes confrontado com a oposição de países que, ou não colocam a mesma tónica dos direitos humanos quanto Portugal, ou simplesmente não os consideram dignos de figurarem em resoluções do CS. A inserção dos direitos humanos, em termos tão detalhados e juridicamente vinculativos quanto possível, é não só legitimadora da acção do CS, mas ajuda a gerar mudanças palpáveis no terreno, ainda que nem sempre sejam evidentes. Este foi também um dos compromissos de Portugal (Seabra, 2011: 4), assumido durante a campanha e que tem sido cumprida: assumir uma postura inovadora e interventiva em termos de segurança e respectiva relação com os direitos humanos e outras áreas transversais. Já que a esmagadora maioria das vítimas de abusos são originárias de países em desenvolvimento, normalmente pequenos, Portugal assume também o papel de defensor destas causas, as quais normalmente não atraem a atenção dos media internacionais.

Portugal está também a trabalhar noutras vertentes. Uma delas é para melhorar os métodos de trabalho no Conselho, um assunto que não é do agrado dos membros permanentes.

Em termos de programa de acção da presidência em Novembro de 2011, a maioria dos temas programados foram resultado de compromissos anteriores do Conselho, embora Portugal tenha conseguido incluir iniciativas específicas sobre as prioridades da política externa. Entre outros, destacam-se uma sessão sobre "novos desafios de segurança" e um debate sobre os "métodos de trabalho do Conselho de Segurança". Está também programado um evento sobre a acção dos guerrilheiros do Exército de Resistência do Senhor na África Central. Outros temas

que não são da sua iniciativa, mas reflectem as prioridades nacionais, incluem a Guiné-Bissau, Timor Leste e a protecção de civis (Portuguese Presidency, 2011).

Conclusão

A presença de Portugal no CS constitui uma mais-valia para a projecção da imagem do país a nível internacional, com reflexos positivos tanto na área político-diplomática, como para a difusão da língua e da cultura portuguesas. A primeira eleição foi encarada como a vitória do novo Portugal democrático e da sua vontade de desenvolver uma política externa mais dinâmica e afirmativa. A actuação portuguesa granjeou o respeito dos Estados-membros.

A segunda candidatura surge num contexto internacional e interno radicalmente alterado. Tratou-se não de uma iniciativa isolada, como na primeira candidatura, mas como parte de uma orientação política que balizou a acção diplomática nacional durante toda a década de 90: o reforço da visibilidade e do peso específico português no quadro multilateral.

A eleição para o segundo e terceiro mandatos, constituí o culminar de um ciclo de intensa actividade diplomática de campanha desenvolvida a vários níveis. Nas campanhas, Portugal tem sabido tirar partido do argumento da necessidade de alternância no CS, do "argumento da dimensão", para valorizar o contributo dos Estados pequenos e médios, da sua capacidade de promover o diálogo entre diferentes culturas e regiões e de potenciar os contactos com países afins e aliados (o seu "soft power").

Foto © Lusa

A actuação portuguesa tem-se marcado pela disponibilidade de ouvir as posições contrastantes, de ser um "honest-broker" e de encontrar uma intermediação. A presença, mesmo que temporária, no CS dá-lhe uma projecção inédita e uma posição de influência, sobretudo pelo facto de estar no epicentro dos acontecimentos e no locus do processo decisional. Tal confere-lhe uma posição de protagonismo que dura o tempo da sua estadia no órgão e que, por si só, não é suficiente para alicerçar a reputação da diplomacia lusa. Portugal tem, sim, dado um contributo firme, coerente e empenhado em questões que definiu como prioritárias. Trata-se de assuntos que Portugal assumiu como compromissos, como a postura inovadora e interventiva em termos de segurança e respectiva relação com os direitos humanos e outras áreas transversais. Ao contribuir para a sua promoção, Portugal tem ajudado no avanço da agenda do CS. O seu contributo pode ser modesto em muitos casos, mas é convicto e empenhado. A seriedade com que encara a sua participação e o seu contributo, é a marca que Portugal deixa para a posteridade.

Nota: Foram realizadas entrevistas com o Emb. Fernando Andresen Guimarãe, Emb. Fernando d´Oliveira Neves, Emb. Leonardo Mathias e Emb. António Cascais.

Bibliografia:

"Explanation Of Vote By The Representative Of Portugal, H. E. Ambassador José Filipe Moraes Cabral, On The Resolution 1973 On Libya, In The Security Council Chamber", New York, 03.17.2011;

Portuguese Presidency of the Security Council (http://www.missionofportugal.org/pmop/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=29);

GORJÃO, Paulo (2010), "Portugal and the Security Council: Is This Seat Taken?", IPRIS Policy Brief, Abril, pp. 1-8;

MONTEIRO, António (s.d.), "Evolução das operações de paz: os mandatos das Nações Unidas", em http://www.ieei.pt/files/operacoes_paz_mandatos_ ONU_Antonio_Monteiro.pdf;

MONTEIRO, António (2003), "A experiência portuguesa na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas", Nação e Defesa, nº 104,•Primavera, 2ª Série, pp. 81-95;

MONTEIRO, António (1999), "A presença portuguesa no Conselho de Segurança em 1997-1998", Política Internacional, nº 19, Primavera-Verão, vol. 3; pp 163-174;

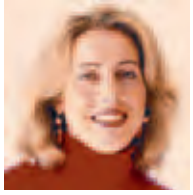
MONTEIRO, António (1998), "Portugal no Conselho de Segurança: o ano de 1997", Política Internacional, nº 17, Primavera-Verão, vol. 2; pp. 73-91;

NEGREIROS, Joaquim Trigo de (1998), "Portugal no Conselho de Segurança da ONU", in Janus 1998 - Suplemento Especial Forças Armadas Portuguesas, Lisboa, Público/UAL, 1999;

PAIXÃO, João Quintela (1997), "A candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas", Política Internacional, nº 14, vol. 1, Primavera-Verão, pp. 67-87;

SEABRA, Pedro (2011), "First Impressions: Portugal And The UNSC Eight Months On", in IPRIS Lusophone Countries Bulletin, Setembro, pp. 3-8.

Autora



Maria do Céu Pinto
Professora na Universidade do Minho.
Sócia n.º 778/00 da AACDN

A Centralidade das Pessoas para a Segurança

É uma verdade de sempre que as pessoas são importantes e decisivas. A História mostra-o de modo eloquente em todas as suas páginas.
Mas as circunstâncias do presente determinam o reforço e o alargamento desse entendimento.
Será porventura interessante reflectir sobre o maior valor das pessoas sobre três dimensões. Por que é que é assim? Qual o significado para o essencial da vida colectiva? O que é que isso representa para a Segurança?

Porquê?

Talvez o mais decisivo dos factores que conduzem a este valor reforçado seja a circunstância que o Mundo se contraiu, fazendo com que espaço e tempo pouco contem, face às ferramentas de comunicação e circulação de que dispomos.
Vivemos contemporaneamente um processo a que corresponde um sentido de unificação da Humanidade.

Estamos mais próximos uns dos outros, percebemos e respeitamos muito mais facilmente as culturas, as percepções, as expectativas e as tendências que pulsam no Mundo. Seria ingénuo supor que existe um sentimento profundo de comunidade global, mas é aceitável dizer que reconhecemos unidade na diversidade dessas diferentes expressões de vida social e política.

E tudo sugere que este processo não vai nem regredir nem parar. Ao contrário, as referências que temos, em larga medida decorrentes das crescentemente fantásticas tecnologias da informação e da sua exponencial evolução, apontam para o reforço desta nova proximidade.

Pessoas e Sociedade

Os dois objectivos essenciais das sociedades organizadas e estruturadas, por um lado o Desenvolvimento e Bem-Estar e por outro a Segurança, são as duas faces da mesmíssima moeda. Por essa razão não são mutuamente indiferentes. Reforçam-se ou prejudicam-se conforme as opções políticas forem inteligentes ou negligentes. E o que confere unidade essencial a ambas as temáticas é a centralidade que as pessoas devem constituir para cada uma delas.

As pessoas são a razão de ser de toda a acção política e estratégica. As pessoas, a sua inerente dignidade e as suas condições de vida, são o objectivo último de toda a actividade económica.

As pessoas são sempre o motor de todas as transformações e progressos. E parecendo razoavelmente certo tomar as ideias como o bem mais valioso deste nosso século XXI, convém ter presente que são as pessoas a sua única sede.

A globalização, a crescente interdependência e a nova multipolaridade geopolítica, trazendo novos actores, novas perspectivas e novos interesses, ampliam o valor das ideias, definindo para o nosso tempo e para o futuro que intentamos construir, um cenário de complexo mas muito aliciante desafio.

Pelo menos no discurso público as pessoas foram sempre referenciais na busca do Desenvolvimento e do Bem-Estar, mas hoje a globalização impõe e ao mesmo tempo possibilita que essa busca seja feita em âmbito mais vasto.

Por outro lado, as actuais circunstâncias de crise generalizada fazem-nos perceber melhor que, na construção do Desenvolvimento e Bem-Estar, só se pode ter sucesso duradouro se, com equilíbrio e realismo, se atender às legítimas necessidades e expectativas das pessoas, respeitando a sua inerente dignidade e conjugando sob essa óptica e no padrão possível, desempenho financeiro e realidade económica. Entendendo que liberdade de mercado e livre concorrência não dispensam confiança e cooperação.

E este não é só um paradigma ético, o que por si só já o tornaria imperativo. É igualmente um critério de pragmatismo tendo em vista o sucesso.

Estamos mais próximos uns dos outros, percebemos e respeitamos muito mais facilmente as culturas, as percepções, as expectativas e as tendências que pulsam no Mundo

O significado das pessoas para a Segurança

Também no domínio da Segurança se acentuou o valor das pessoas. Vivemos hoje uma época em que os modelos de Segurança Colectiva, ligados à defesa das fronteiras e à preservação territorial das soberanias, vão perdendo primazia a favor de fórmulas de Segurança Cooperativa, assentes sobretudo no requisito de defender as vidas, os direitos e os bens das pessoas.

No nosso espaço geopolítico, a Segurança Cooperativa traduz-se por modelos cuja concretização é levada a cabo sob uma perspectiva que não se encerra nos espaços nacionais, antes se realiza muitas vezes à distância, na resposta a riscos e ameaças de cariz transnacional.

É sobretudo longe das fronteiras nacionais e mesmo longe dos espaços das alianças que integramos, que nos cumpre defender interesses e prosseguir as nossas responsabilidades de Estados relativamente mais desenvolvidos.

No que tange à Segurança, é nessas novas condições que podemos construir credibilidade e reforçar a soberania. São múltiplas as consequências desta viragem. O seu impacto inscreve-se nas ordens política, jurídica, estratégica, diplomática e militar. E, por essa razão, há muito a repensar nos correspondentes planos conceptual e organizacional. O que naturalmente recomenda sageza, agilidade intelectual e lideranças que, para além desses atributos, tenham capacidade para antecipar, compreender, aceitar e dirigir a mudança.

Mas não é essa particular necessidade de pessoas aptas que mais motiva estas reflexões.

Para as suas finalidades vale também a pena recordar que, se a Segurança Colectiva é naturalmente servida por uma lógica "win-loose", em que ao ganho de uns corresponde a perda de outros, a Segurança Cooperativa, sendo como pretende ser uma Segurança Humana, procura obter resultados mediante uma lógica "win-win".

Foto © Lusa

Harmonizar relações (...) é o exercício central da nova Segurança

Tem especial sentido atentar designadamente em três dos desenvolvimentos que daí decorrem. Naturalmente todos interligados.

O primeiro é o acentuar da modificação da noção de Poder, que não pode mais continuar a ser percebido apenas como a mera capacidade de coagir, para carecer de ser entendido também como a capacidade de influenciar e até de atrair. O que, evidentemente, traz a acção para junto das pessoas.

Por comparação com a Segurança Colectiva, a Segurança Cooperativa é mais esperançosa e mais ambiciosa, mas é definitivamente mais difícil. E, não anulando a "real politik", torna-a diferente e mais exigente.

As Forças Armadas elegeram a formação como uma prioridade (...) Não se comprazendo com enunciados retóricos, antes conferindo-lhe prioridade na alocação de recursos, na avaliação de resultados e na acção de supervisão

Nesta nova via da Segurança o grande e decisivo instrumento são os seus agentes humanos e, tal como se enunciou, o seu grande objectivo são as pessoas.

Daí um segundo aspecto, o reforço das dimensões política e psicológica, o que evidentemente passa pelas pessoas e é por elas sentido. Harmonizar relações, conquistando de modo livre e responsável a adesão dos que se prefigurem como constituindo ou personalizando riscos, é o exercício central da nova Segurança.

Terceira consideração, a necessidade de uma nova abordagem, certamente mais abrangente, que, sob clara e constante direcção da Política, conte evidentemente com o factor militar, mas enquadrando-o numa acção coerente, convergente e coordenada que beneficie igualmente de intervenções dos vectores diplomático, cultural, económico e social.

Este é o modelo chamado de "comprehensive approach", eminentemente característico dos nossos tempos.

Com ele procura-se simultaneamente Segurança e Desenvolvimento num quadro de boa Governação. O que o torna especial em relação à visão clássica das relações entre Política e Estratégia e ao enunciado tradicional das diferentes estratégias e da sua articulação.

É evidentemente um processo muito complexo. O seu planeamento e a sua conduta exigem profissionais que, sendo muito bem preparados para os respectivos domínios de acção, sejam, ao mesmo tempo, capazes de conhecer e compreender o essencial das linguagens e dos códigos das diferentes intervenções e que sejam aptos para interagir com oportunidade e propósito com os seus múltiplos agentes.

Um bom exemplo em Portugal

Ressaltam daqui novos e acrescentados requisitos de formação. Em Portugal esta evolução foi atempadamente percebida pela Instituição Militar, nomeadamente através de uma cuidada formação de estado-maior, orientada para os seus Quadros e aberta ao Mundo e à modernidade.

As Forças Armadas elegeram a formação como uma prioridade. E fizeram-no de modo castrense. Não se comprazendo com enunciados retóricos, antes conferindo-lhe prioridade na alocação de recursos, na avaliação de resultados e na acção de supervisão.

É nesse processo e na complementar adequação da preparação das Tropas que foi levada a cabo após o fim da conscrição, que se funda o exemplar desempenho das Forças Armadas portuguesas e dos seus Militares nas múltiplas e muito exigentes acções de Segurança a que recentemente têm sido chamadas.

Junto das pessoas, nas missões distantes do âmbito da Segurança Cooperativa, afirmando Portugal e ajudando outros povos a encontrarem os seus caminhos em melhores e mais livres termos.

Junto das pessoas nas tarefas internas de protecção civil e de ajuda em catástrofes e emergências, protegendo vidas e bens.

Foi determinante valorizar as pessoas e prepará-las para serem úteis e eficazes nesta nova realidade da Segurança.

... a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, pela multidisciplinaridade intrínseca dos seus membros e pela sua particular sensibilidade colectiva para as questões da Segurança, pode dar um contributo precioso

Para esses mesmos fins é desejável que o mesmo se possa vir a passar nos outros sectores da sociedade portuguesa. Também nisso a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, pela multidisciplinaridade intrínseca dos seus membros e pela sua particular sensibilidade colectiva para as questões da Segurança, pode dar um contributo precioso.

Autor

General Valença Pinto
Sócio honorário da AACDN e ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Apelo à Reflexão

Aproximando-se a data do Acto Eleitoral que determinará a equipa que, nos próximos dois anos, orientará a vida da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, entendo dever apelar a uma profunda reflexão sobre o funcionamento da AACDN e, particularmente, sobre o momento nacional.

Faço-o sem qualquer intenção eleitoralista, tanto mais que nos últimos anos a minha participação tem sido muito limitada, mas como associado que já teve responsabildades directivas, na direcção nacional e na delegação de Coimbra, e sobretudo como cidadão muito preocupado com o rumo que o País seguiu. O meu apelo dirige-se, desde já, aos membros das duas listas concorrentes, no sentido de assumirem a necessidade absoluta de analisar questões sobre as quais os Portugueses se interrogam constantemente e que, a meu ver, não têm sido suficientemente debatidas no seio de uma Associação que insere no seu título a honrosa designação de Defesa Nacional.

Onze anos de serviço militar e trinta e dois de docência universitária dão-me o direito de sugerir que a AACDN exerça um esforço de análise de alguns dos problemas com que nos deparamos actualmente e que não creio venham a resolver-se rapidamente. O País sente um mal-estar generalizado, provocado pela evidente falência das facilidades e dos mitos vividos nos últimos anos. Não falo sem conhecimento de causa, porque ainda viajo nalgumas das linhas férreas recentemente condenadas e não me falta o contacto com a realidade quotidiana dos Portugueses, nas cidades, no campo e na Universidade. Ouço-os, e era bom que outros, responsáveis, também os ouvissem. Quando o Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra refere a possibilidade da Universidade encerrar em 2013, por falta

de meios para manter um funcionamente minimamente credível, só posso considerar que Portugal está doente, muito doente.

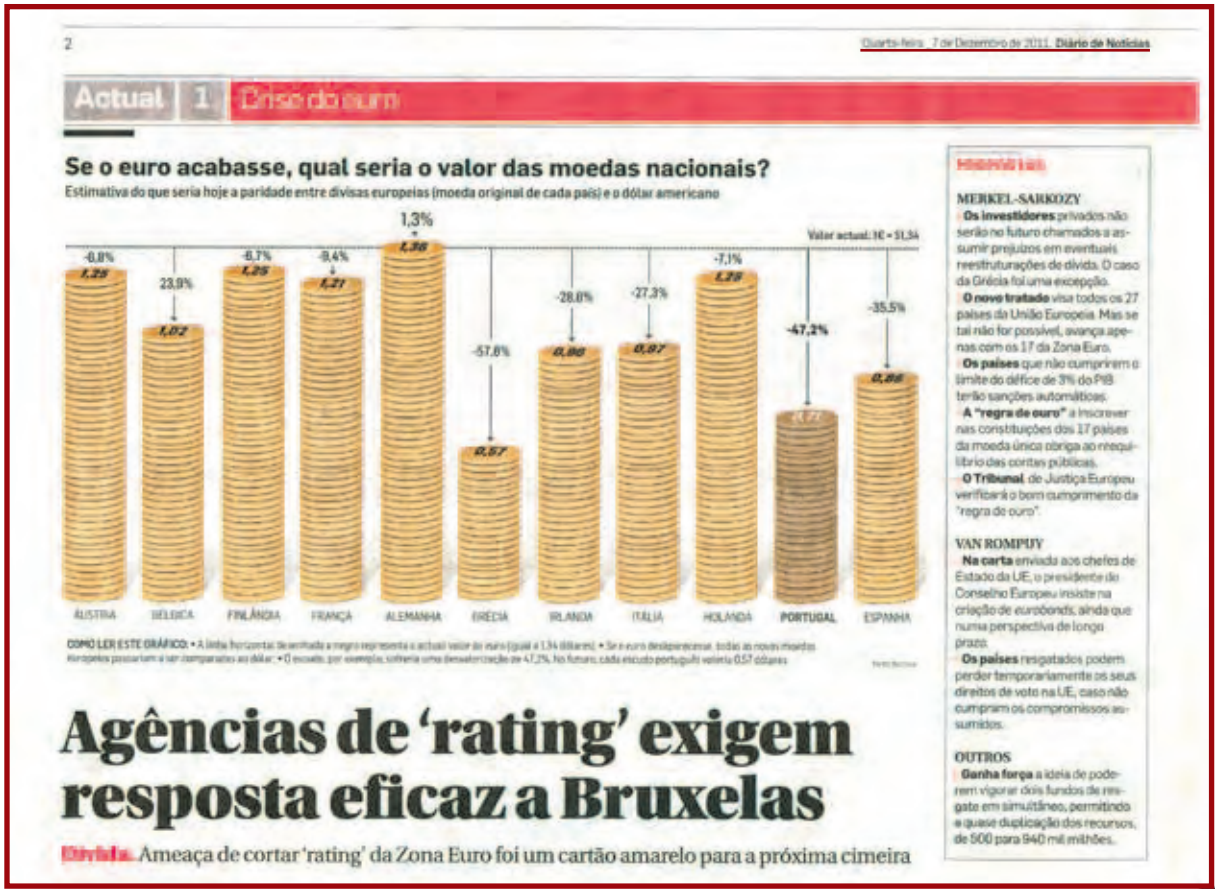
Exprimi frequentemente as minhas dúvidas quanto ao modelo europeu, tal como ele se desenvolveu. Como historiador sempre o senti mais perto de uma inspiração emanada do Império Carolíngio do que do Império Romano, como tantas vezes se pretende, erradamente. A minha ideia da unidade europeia assenta na Europa das Nações, não num qualquer Directório. É hoje um lugar comum a referência à "soberania partilhada", completada, na altura exacta, pelo coro de sereias entoando o estribilho, deslocado do contexto, "a minha pátria é a língua portuguesa". Se assim fosse teríamos desaparecido há muito, como outros na Península Ibérica e na Europa. E a "soberania partilhada" deve sê-lo com 26 ou apenas com dois Estados?

Sempre me considerei europeu de parte inteira, e pelos valores europeus, que eram também portugueses, me bati "com a espada e com a pena" ao longo de várias décadas. Custa-me, e é impossível que todos os Portugueses não sofram o mesmo sentimento de profundo abatimento, viver a situação de dependência em que caímos, seguramente por culpa de quase todos nós, mas de uns mais do que de outros. Por isso me repugna ver o projecto europeu transformado numa questão pouco mais que meramente económica, na qual a tão invocada unidade e solidariedade entre europeus se transformou num vendaval de acusações, antigas quase todas, opondo Norte e Sul, atlânticos e continentais, onde não parece haver grandes hesitações em condenar a todas as penas um país que, até data recente, era apresentado como

A minha ideia da unidade europeia assenta na Europa das Nações, não num qualquer Directório

o símbolo da própria ideia europeia, pátria mais antiga da democracia e de raízes culturais das mais marcantes da Civilização Ocidental: a Grécia.

Vivemos horas graves, que noutras circunstâncias se revelaram fatais, por razões de dinâmica interna, um tanto esquecida face ao turbilhão que abala a globalização ou mundialização, para o modelo político que se considera



2 Quarta-feira, 7 de Dezembro de 2011 Diário de Notícias

Actual 1 Crise do euro

Se o euro acabasse, qual seria o valor das moedas nacionais?

Estimativa do que seria hoje a paridade entre divisas europeias (moeda original de cada país) e o dólar americano

Valor actual: 1€ = $1,34

ÁUSTRIA	BÉLGICA	FINLÂNDIA	FRANÇA	ALEMANHA	GRÉCIA	IRLANDA	ITÁLIA	HOLANDA	PORTUGAL	ESPANHA
-0,8%	23,9%	-6,7%	-8,4%	1,3%	-57,6%	-28,0%	-27,3%	-7,1%	-47,2%	-35,5%
1,33	1,02	1,25	1,21	1,36	0,57	0,96	0,97	1,25	0,71	0,86

COMO LER ESTE GRÁFICO: • A linha horizontal assinalada a negro representa o actual valor do euro (igual a 1,34 dólares). • Se o euro desaparecesse, todas as novas moedas europeias passariam a ser comparadas ao dólar. • O escudo, por exemplo, sofreria uma desvalorização de 47,2%. No futuro, cada escudo português valeria 0,57 dólares

Agências de 'rating' exigem resposta eficaz a Bruxelas

Dívida. Ameaça de cortar 'rating' da Zona Euro foi um cartão amarelo para a próxima cimeira

MERKEL-SARKOZY

Os investidores privados não serão no futuro chamados a assumir prejuízos em eventuais reestruturações de dívida. O caso da Grécia foi uma excepção.

O novo tratado visa todos os 27 países da União Europeia. Mas se tal não for possível, avança apenas com os 17 da Zona Euro.

Os países que não cumprirem o limite do défice de 3% do PIB terão sanções automáticas.

A "regra de ouro" a inscrever nas constituições dos 17 países da moeda única obriga ao reequilíbrio das contas públicas.

O Tribunal de Justiça Europeu verificará o bom cumprimento da "regra de ouro".

VAN ROMPUY

Na carta enviada aos chefes de Estado da UE, o presidente do Conselho Europeu insiste na criação de eurobonds, ainda que numa perspectiva de longo prazo.

Os países resgatados podem perder temporariamente os seus direitos de voto na UE, caso não cumpram os compromissos assumidos.

OUTROS

Ganha força a ideia de poderem vigorar dois fundos de resgate em simultâneo, permitindo a quase duplicação dos recursos, de 500 para 940 mil milhões.

... repugna ver o projecto europeu transformado numa questão pouco mais que meramente económica

próprio das sociedades ocidentais. Já nem evoco o que passou na Rússia em 1917 ou na Itália em 1922, ou mesmo entre nós em 1926. Recordo apenas que o regime nacional-socialista se impôs na Alemanha através de eleições livres em 1933. É tempo de nos interrogarmos sobre o porquê, sobre as causas mais do que sobre as trágicas consequências. Situações anormais prolongadas, de pobreza, desemprego e humilhação nacional só podem conduzir a tais resultados. Se quisermos outros exemplos, mais mediáticos e tão mal interpretados em certos casos, atente-se à chamada "Primavera árabe".

Entendo que a AACDN deve desenvolver uma reflexão profunda sobre o estado da Nação e da sua envolvente internacional, mais do que justificada, exigida por força dos seus próprios Estatutos. Não basta viver sobre o "isso não pode suceder", pois tal atitude tem conduzido a desastres irreparáveis. Governar é prever. Não temos, na esmagora maioria, obrigações governamentais, mas temos obrigações de cidadania indeclináveis. Em 1997 escrevi o seguinte numa comunicação ao IV Congresso dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional: Quatro séculos depois (de 1580) encontramo-nos de novo integrados num espaço político supra-nacional, no qual se desenham tendências hegemónicas muito nítidas e que está longe de corresponder à mensagem messiânica de coesão e prosperidade que se pretende atribuir a uma Europa paráfrase dos Estados Unidos da América, modelo não referido mas pressentido, apesar de impossível de transplantar para o velho continente, por razões evidentes. A situação apresenta-se-nos tanto mais incómoda quanto é certo que o modelo político europeu se encontra longe de uma definição clara. A própria discussão em torno da moeda única e da necessidade de integrar o grupo de países em condições de adoptar o Euro na primeira fase (o célebre "pelotão da frente") é muito elucidativa quanto ao princípio da solidariedade entre os diferentes estados da União, prevalecendo uma vez mais o princípio da desigualdade entre iguais, tão dramaticamente ilustrado ao longo da História, da Confederação de Delos ao Pacto de Varsóvia*.

Podemos não ser escutados e, até, nem atingir resultados que clarifiquem muitos destes problemas, mas se os não abordássemos agora, teríamos falhado ao sentido último da existência da Associação

Creio, portanto, chegado o momento de nos questionarmos sobre o futuro de Portugal, sem tabus, encarando todas as possibilidades em aberto. E devemos começar, exactamente, pela busca do que significa hoje Defesa Nacional e, mesmo, se o termo Nacional se ajusta às realidades de uma situação em que, como temíamos, tendemos, perdida gradualmente a nossa condição de Estado Soberano, a transformar-nos em região. Não é minha intenção redigir um panfleto ou um artigo. Quanto muito peço a todos que considerem estas palavras como a expressão de uma grande preocupação com o presente e com o futuro, uma espécie de Memorando para que nos ocupemos de problemas reais e dos indícios premonitórios de graves situações de ordem não apenas económica, mas social, política e ideológica, inevitáveis a curto e médio prazo. A nossa tarefa, enquanto Auditores, é a de contribuir para continuar Portugal no século XXI. E para isso temos necessidade de conhecer.

Assim, apelo a todos membros das listas concorrentes a, desde já, considerarem a obrigação ética de promoverem o debate interno sobre questões tão candentes como o desemprego, o Euro e o seu futuro (permanência ou não permanência), a estrutura política da Europa na linha do eixo Berlim-Paris, a possível fragmentação da União e as suas consequências, a esmagadora dependência das importações, as ameaças à unidade nacional, a corrupção a todos os níveis, a insegurança e a criminalidade, a sustentabilidade das obrigações sociais do Estado numa economia cada vez mais incapaz de produzir riqueza, tudo assuntos desagradáveis mas que não podem nem devem ser evitados ou ignorados. Podemos não ser escutados e, até, nem atingir resultados que clarifiquem muitos destes problemas, mas se os não abordássemos agora, com espírito de serviço e sem preconceitos, teríamos falhado ao sentido último da existência da Associação.

* Vasco Gil Mantas, Portugal e os desafios do século XXI: Nação ou Região?, IV Congresso Nacional de Auditores, (AACDN, Caderno 10), Lisboa, 1997, pp.105-113 (pp.109-110).

Autor

Vasco Gil Mantas
Prof. Doutor na Universidade de Coimbra
Sócio n.º 368/92 da AACDN

Futebol *versus* Educação

Embora erre muitas vezes e em outras tantas tenha dúvidas, considero e estou convicto de que o futebol é um fenómeno social - hoje, também financeiro - que muito estimula e promove animadas discussões entre as pessoas e a produção de considerável acervo de opiniões em torno dos vários aspectos que o caracterizam.

Dos jovens-meninos aos jovens-idosos, inclusas as diversas fases etárias por que todos vão passando, não há ninguém amante do dito desporto-rei que não se considere detentor de legitimidade e conhecimento teórico e experimental para criticar os clubes (ou SADs), dirigentes, treinadores, massagistas, jogadores e até os roupeiros, sobretudo, quando os resultados dos jogos não satisfazem o seu ego soberano.

Então, do alto da sua sabedoria empírica, as doutas sumidades, convencidas da competência que se atribuem, jamais hesitam em proclamar, bem alto, aos sete ventos, a excelência das próprias teses, definindo objectivos, delineando estratégias, ensinando tácticas, propondo mudanças, sugerindo esquemas, em suma, ditando leis.

É óbvio que nestes múltiplos conjuntos de sábios do futebol não englobo pessoas do sexo feminino. Com efeito, embora ultimamente as bancadas dos estádios se vejam frequentadas por jovens sonhadoras e entusiastas damas de companhia, por enquanto ainda não se dão ao luxo de perder tempo em projectos sectorialmente especializados, pois outros mais globais e genéricos lhes ocupam o espírito.

Contudo, mais catalisador que o futebol para a discussão pública, até porque se abrem à pluralidade motivacional

de ambos os sexos, têm sido, nas últimas três décadas, o Ensino e a Educação, bem como as estruturas administrativas, físicas e legais que os suportam e os meios materiais e humanos que os servem, numa palavra, a Escola. Em boa verdade, não existe local público ou privado, mercearia ou café, praceta ou avenida, autocarro ou carruagem de comboio, sessão de esclarecimento ou mera tertúlia social, igreja ou ginásio onde não se oiça falar da Escola. E toda a gente tece críticas, formula juízos, urde tramas, perora sentenças, avança medidas, avalia desempenhos, porque toda a gente andou na escola enquanto criança e adolescente, ou tem filhos a frequentá-la, ou tem irmãos que não gostam de estudar, ou tem netos que não conseguem aprender a ler e a fazer contas como os avós aprenderam, ou faz parte da associação de pais (embora os filhos já não frequentem a escola) e percebe mais de Pedagogia que os pedagogos, ou é funcionário nos serviços centrais ou regionais do ministério e conhece bem as leis, os decretos-lei, os decretos regulamentares, as portarias, os despachos, as circulares e as notas de serviço que lá se produzem, ou devora os artigos da autoria de especialistas em eduquês publicados em revistas da especialidade, ou tem uma invejável carreira sindical ainda que à margem do exercício da docência, ou fez o décimo segundo ano via "Novas Oportunidades...

Pois é. Toda a gente tem ligação à Escola e, como tal, toda a gente se sente apta a perorar sentenças sobre o estado degradado e degradante da Educação e do Ensino, sobre a real forma de lhes reabilitar a credibilidade e eficácia, sobre as causas do seu descalabro, sobre os imaginários ou reais culpados de tanta desgraça, sobre as medidas que estão na base da perversão do sistema.

No futebol, depois do falatório denunciador da situação, despede-se o treinador tido como responsável pelo descalabro e contrata-se outro que, por mercê de aleatórios factores psíquicos, físicos, fisiológicos, técnicos, tácticos ou humanos, lá consegue dar a volta ao "mau-olhado" e, eliminados o deficit dos golos marcados e o superavit dos golos sofridos, dando as derrotas lugar às vitórias, a confiança volta, o equilíbrio repõe-se, a satisfação impera, a crítica maledicente é substituída pelo elogio empolado e toda a gente respira de alívio com o sucesso alcançado.

Na Escola, porém, isto é, no que ao Ensino e à Educação respeita, são sucessivos os "treinadores" responsáveis pelo descalabro, apesar de o que se segue ao despedido se crer e afirmar seguro e convicto da sua capacidade administrativa, pedagógica, técnica, científica, política e financeira para debelar os males de que o sistema padece. Surgem, então as medidas que trazem na manga e se afadigam a implantá-las. Debrucemo-nos sobre algumas, porventura aquelas cujos efeitos se revelaram mais gravosos.

A primeira e mais remota consistiu na tentativa do alargamento da escolaridade obrigatória para oito anos, a fim de proporcionar aos alunos uma melhor preparação académica e atirar para mais tarde a opção dos alunos entre o ensino técnico e o ensino liceal. Todavia, como não houvesse docentes habilitados para assegurar a concretização deste objectivo, recorreu-se a "jogadores" que, não arranjando lugares nos "clubes" grandes que ambicionavam integrar, não se importaram de dar seu contributo àquela desfalcada equipa. Assim, surgem economistas a leccionarem Matemática e Geografia, juristas a leccionarem História e Português, engenheiros a leccionarem Grego e Música, finalistas de cursos superiores a leccionarem qualquer disciplina que na escola não tivesse professor habilitado, fosse ela Física, Latim, Desenho, Francês ou Inglês. É evidente que, bem ao contrário do objectivo pretendido, o quanto se verificou foi a degradação do ensino, quer a nível da qualidade pedagógica, quer a nível de rigor científico, enfermidade de que a Escola continua a padecer.

O "treinador" que se seguiu, quando se preparava para corrigir a "táctica" que a equipa herdara do anterior Mister, foi surpreendido pela extinção do Ensino Técnico, decretada por uma circular apócrifa a que, a posteriori, um seu adjunto concedeu legitimidade, via despacho de sua autoria.

Com a situação degradada, ante críticas e falatórios da populaça, os "técnicos" que se seguiram nem tempo tiveram para montar estratégias. Quando parecia que, com a contratação de "treinador" experiente e provas dadas, o equilíbrio iria ser restabelecido, eis que um seu adjunto, movido por ideais desajustados ao meio que julgava conhecer e não conhecia, resolve baixar a idade da primeira matrícula dos sete anos para os cinco anos e nove meses.

Resultado: no final desse ano lectivo subiram em flecha as reprovações na primeira classe do ensino primário, dado que a maior parte das crianças não possuía ainda maturidade fisiológica e psíquica nem capacidade de abstracção que implica a aprendizagem da leitura e da escrita através de símbolos abstractos como são as letras e os algarismos. Alarmada com a situação, sobretudo por causa das implicações a nível da despesa com a Educação e do agravamento do deficit, a equipa técnica teve, então, uma ideia verdadeiramente mirabolante: proibir a retenção dos alunos no primeiro ano de escolaridade.

Como era de esperar, qualidade e rigor do ensino degradaram-se, aumentaram os casos de dislexia por força

de insuficiente desenvolvimento fisiológico a nível da visão e abriu-se o espaço para a cultura do "eduquês".

Ante as profundas alterações ocorridas no plano da gestão política do País, com o socialismo metido na gaveta, o novo "treinador" pensou sarar algumas das mazelas provocadas pelas tácticas de seus antecessores. Assim, propôs-se recuperar o Ensino Técnico, devidamente enquadrado por princípios e valores do Humanismo Personalista, e insistiu na necessidade da elaboração de uma Lei de Bases do Sistema Educativo para sustentar legalmente as reformas que se impunham.

Engenhocas e mercantilistas da Educação não concordaram nem aceitaram o rumo proposto e o "treinador" caiu. Entretanto, o conselho de notáveis deu à luz, posto que sem a assistência devida, a desejada Lei de Bases, enquanto o "treinador" que se seguira nomeava uma Comissão de Reforma integrada por elementos que conheciam bem o meio e apostaram a sério na recuperação da dignidade, do prestígio, do rigor e da eficiência do Ensino e da Educação, enquanto espaço privilegiado para o equilibrado e integral desenvolvimento da Ciência e da Cultura. É então que surge o movimento que deu lugar à implantação do modelo de Escola Cultural que ocorreu em vários pontos do País e produziu frutos de incomparável sabor, testados por quatro imparciais comissões de avaliação durante os anos de seu funcionamento.

Eis senão quando, promovido a "treinador" o adjunto responsável pela passagem para cinco anos e nove meses a idade da primeira matrícula, resolve, de forma alvar, dissolver a Comissão de Reforma nomeada pelo seu antecessor, recolher os documentos produzidos pelos seus membros, extinguir o modelo de Escola Cultural, instituir uma "coiseca" que apelidou de Área Escola e nunca se soube o que, na verdade, foi, pois que morreu de caquexia precoce, e soltou as rédeas para que, à semelhança dos cogumelos, irrompessem por todo o terreno inúmeros estabelecimentos privados de ensino superior sem que houvesse o número mínimo indispensável de Professores graduados (doutores e mestres), para garantir a qualidade científica dos cursos neles ministrados. Agravado o deficit e após ter "tornado o ministério da educação em ministério dos professores", foi o "treinador" despedido.

Os que se seguiram, porém, não chegaram a aquecer o lugar. Entre eles se conta a "treinadora" contabilista que, para poupar o valor do vencimento pago a vinte e quatro professoras do primeiro escalão que substituíam as colegas que estavam a frequentar o Curso de Pedagogia Musical com o apoio da Escola Superior de Educação de Santarém e dinheiro do Prodep, as quais garantiam as aulas de educação musical (obrigatória no ensino primário) a todas as turmas das escolas em que estavam colocados, resolveu acabar com este projecto cujos resultados não curou de conhecer e muito menos de avaliar. A Educação Musical, ainda que obrigatória no primeiro ciclo do ensino básico, para esta "treinadora" traduziu-se em luxo dispensável.

Seguiu-se o período da cultura do "eduquês". A Lei de Bases estabelece que o ensino básico é obrigatório e tem a duração de nove anos(?) Então todos os alunos têm de sair da escola com o diploma respectivo. Mas a Lei também diz no mesmo artigo que, atingidos os quinze anos, o aluno deixa de ser obrigado a frequentar a escola, pelo que a pode abandonar sem a escolaridade obrigatória cumprida.

Baixa-se o nível de exigência, criam-se programas alternativos, os alunos não podem reprovar e entrega-se-lhes o respectivo certificado de habilitações para poderem fruir do acesso ao emprego

Ah sim!? Resolve-se o problema e facilmente. Baixa-se o nível de exigência, criam-se programas alternativos, os alunos não podem reprovar e entrega-se-lhes o respectivo certificado de habilitações para poderem fruir do acesso ao emprego. Mas emprego é coisa que não arranja. Então ingressa no ensino secundário, ainda que não saiba ler e interpretar um texto ou realizar um simples cálculo aritmético, desconheça o facto histórico que se comemora a 5 de Outubro, ignore onde se localiza o porto de Leixões ou não diferencie a tíbia do perónio.

Eis aqui o momento azado para a inovação em termos de estratégias e criar o "Estatuto do Aluno", o que lhe permite, ao ser informado pela Professora de Português que o verbo haver, quando sinónimo de existir, só se usa na terceira pessoa do singular a questione de modo incisivo e pertinente:

-"Como quer a Sotora que nós saibamos aplicar correctamente o verbo haver, quando há ministros, até da Educação, que dizem houveram em vez de houve, haverão, em vez de haverá, vão haver em vez de vai haver e até hadem em vez de hão-de?"

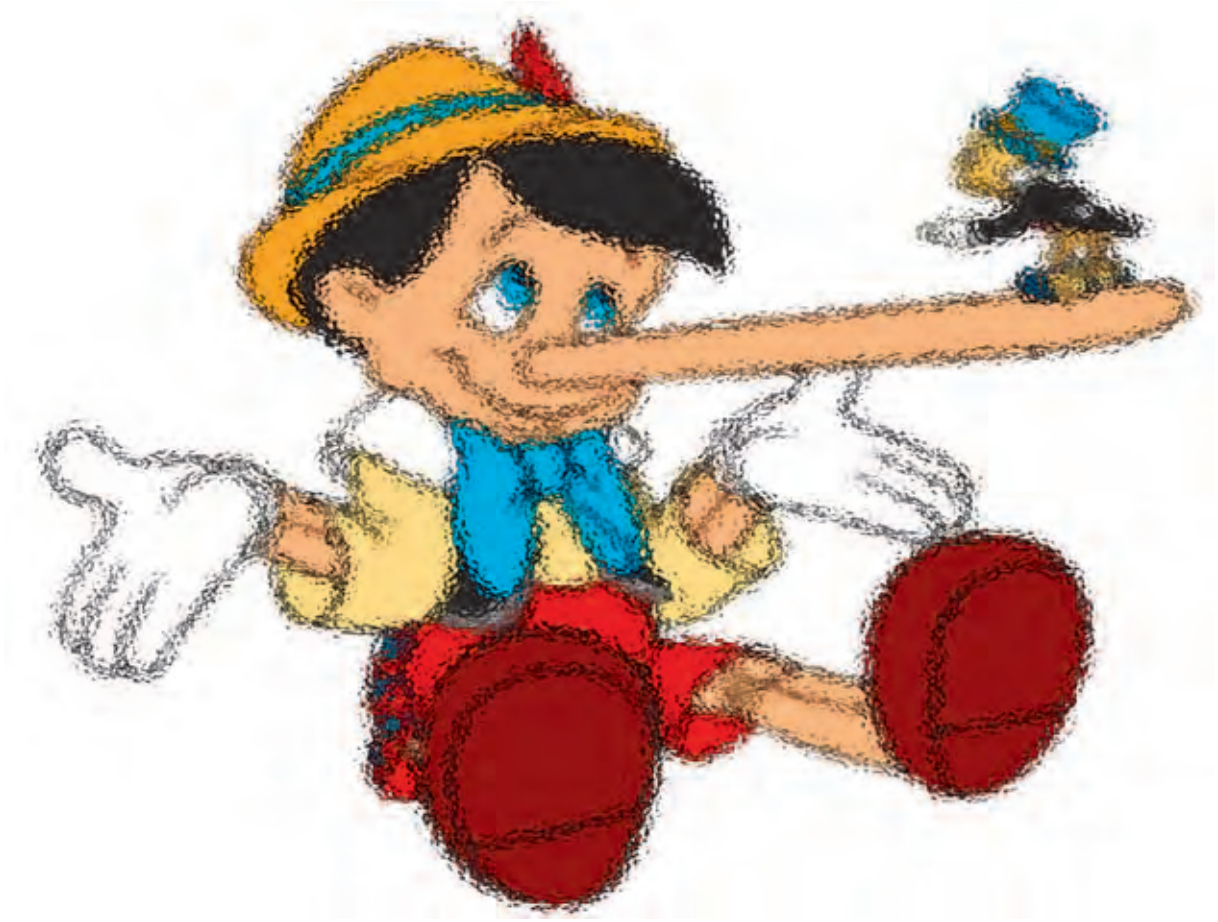
A gravidade está em que, desta forma, é posta em causa a autoridade do Estado de que o Ministro é representante, bem como a do docente, que exerce o poder delegado do Estado.

Pois é: assim vai o nível dos "treinadores" que têm passado pela equipa!...E neste caos instalado, até os críticos do "eduquês" o cultivam sem dar por isso!...

Autor

Pinho Neno
Mestre em Ciências da Educação
Sócio n.º 572/96 da AACDN

Acabar com Falsas "Verdades"



(Uma mentira, muitas vezes repetida sem contestação, passa a verdade)

Qualquer governo precisa de competência, força e vontade para governar bem. Mas precisa também de clara compreensão e de apoio dos governados. A grande maioria da população, porém, recebe reduzida informação e tem fraco conhecimento dos factos, da situação e dos mecanismos políticos, técnicos e financeiros que condicionam a actividade governativa. Além disso, não tem suficiente preparação para absorver e formar opinião válida sobre os complexos factos correntes da vida nacional. Não consegue compreender o "tecnês", o "economês" e o "financês" utilizados na informação oficial, na comunicação social, nos debates e nos comentários eruditos dos especialistas que os apresentam e tentam explicar. A conversa nos cafés, nas reuniões e na família processa-se assim em termos simplificados e à base de chavões vulgares e frequentemente desajustados da situação real. Muitas vezes, até, propositadamente enganadores, divulgados por quem pretende beneficiar da sua propagação. Criam-se assim falácias sobre situações correntes, que, de tanto repetidas e não contestadas em termos simples e compreensíveis por toda a população, passam a ser tidas por verdades indesmentíveis. Provocam desconfianças, desentendimentos e antagonismos que chegam a assumir a forma de manifestações de rua, greves e tumultos potenciais. São referidas, na sequência, três perigosas falácias ou afirmações erróneas e irresponsáveis, que têm por única finalidade desacreditar e enfraquecer o Governo e os actuais esforços de superação da crise.

A irreversibilidade dos "direitos adquiridos"

Na sequência da mudança de regime em 1974 foram conseguidas profundas melhorias das condições de vida dos portugueses, as quais, com a mais pura das intenções, se procurou assegurar que seriam irreversíveis. Este princípio da irreversibilidade tem vindo a ser aplicado duma maneira cega a todas e quaisquer melhorias que se tenham verificado, independentemente das causas e circunstâncias de que elas resultaram e das consequências da exigência da sua manutenção, mesmo em condições particularmente adversas. Exemplificam-se adiante consequências nefastas da utilização enviesada da irreversibilidade absoluta em campos de particular sensibilidade social e política:

Quando em Portugal se aceita que todos os anos tem que haver aumentos das remunerações de trabalho (acima da inflação) e das regalias complementares, é convicção generalizada de que se trata de um "direito adquirido", intocável e irreversível, que pressupõe melhoria constante quaisquer que sejam as circunstâncias e as conjunturas. Esta convicção é uma falácia perigosa e – como se verá – moralmente inaceitável.

Com efeito, se num país em dificuldades (como as que se têm progressivamente agravado na última década em Portugal), forem mantidos os "direitos adquiridos" de aumento de remunerações e de regalias, mesmo quando o Estado e as empresas não tenham dinheiro para as sustentar e estejam continuamente a endividar-se na banca nacional e nos mercados estrangeiros, o desastre é inevitável.

No caso das empresas prrivadas, quando os custos de produção começam a exceder as receitas da venda dos produtos, a sobrevivência é obtida por recurso ao crédito para pagar os meios de produção. Mas esta solução é precária e, se as condições não se modificarem, atinge-se o limite da credibilidade creditícia e o dinheiro acaba. Não há dinheiro para nada: os trabalhadores deixam de receber, os empresários perdem todo o dinheiro investido no equipamento produtivo e nos meios de produção, a empresa abre falência e os credores perdem grande parte (senão a totalidade) do dinheiro que lhes é devido. Os trabalhadores ficam sem emprego e o País perde capacidade produtiva.

No caso do Estado é diferente, o funcionalismo público e as empresas públicas não estão sujeitos a concorrência de preços e de qualidade dos seus produtos ou dos serviços que prestam. Não podem falir. É sempre possível aumentar os preços (por exemplo, os preços dos combustíveis, da electricidade, do gás, da água, etc.), bem como as dotações, os suprimentos e os subsídios, directa ou indirectamente. O dinheiro para isso necessário é obtido aumentando os impostos. Mas como nem sempre isso é possível ou suficiente, o Estado endivida-se. Melhor dizendo, endivida-se em nosso nome e responsabilidade.

Uma simples aritmética mostra que serão necessários dez anos ou mais para que Portugal, mesmo em condições favoráveis, possa recuperar e atingir uma situação razoavelmente solvente, isto é, o País chegar a uma situação

Que direito moral temos de obrigar a geração vindoura a uma vida de sacrifício, para pagar as dívidas acumuladas com o desvario irresponsável dos nossos gastos durante as duas últimas décadas?
Que direito moral temos nós de exigir agora "direitos adquiridos", quando estamos com este comportamento a espoliar as futuras gerações?

em que as receitas vindas do exterior equilibrem os pagamentos nacionais ao estrangeiro. Para que isso seja conseguido serão necessários vários anos de rígida e dolorosa austeridade. Quem é que vai pagar este enorme esforço? Nós e os nossos filhos. Sobretudo estes.

Esta afirmação é tremenda! Que direito moral temos de obrigar a geração vindoura a uma vida de sacrifício, para pagar as dívidas acumuladas com o desvario irresponsável dos nossos gastos durante as duas últimas décadas? Que direito moral temos nós de exigir agora "direitos adquiridos", quando estamos com este comportamento a espoliar as futuras gerações? Que herança é que nós, como pais, deixamos aos nossos filhos?

Resulta daqui evidente que os "direitos adquiridos" são uma perigosa falácia. O que deveria existir seriam condições circunstancialmente ajustáveis. De um modo simplificado, sempre que o País tivesse excedente nas suas contas com o exterior, as remunerações seriam proporcionalmente aumentadas. Mas, em contrapartida, quando o saldo fosse negativo – o que numa democracia só acontece por culpa da sua população ou/e pela repercussão de crises exteriores – as remunerações seriam também proporcionalmente reduzidas.

Se esta evidência fosse formal e constitucionalmente aceite, eliminar-se-ia a principal causa de conflitualidade entre os parceiros sociais. As empresas estrangeiras passariam a

O emprego não é motor. É consequência. O verdadeiro motor de desenvolvimento é a economia. Se a economia for bem orientada (...) daí resultarão naturalmente aumentos de exportações e de investimento estrangeiro.

sentir-se muito mais seguras quanto a eventuais investimentos futuros no nosso País. Portugal seria um país credível.

O emprego como motor de desenvolvimento

A prioridade do emprego como motor de desenvolvimento tem vindo a ser apresentada como solução válida para a crise nacional. Alega-se que aumentando o emprego, o resultante aumento das remunerações passaria a gerar mais poder de compra, aumentando a procura e dinamizando a produção.
A ideia é antiga. Na sequência do 25 de Abril foram criados empregos pouco produtivos e até artificiais, no sector público e no sector privado (entretanto ocupado ou nacionalizado). Contudo, como não houve aumento da produção – antes pelo contrário, ela diminuiu drasticamente – o resultado foi haver aumentos das importações, do défice externo, dos impostos e da inflação. A economia nacional entrou em aguda crise.
Uma analogia então utilizada para caricaturar a falácia da prioridade ao emprego como motor de desenvolvimento foi a imagem fictícia de dois trabalhadores a construírem um muro. Para aumentar o emprego, a estes dois trabalhadores foi acrescentado um terceiro, cuja única missão era retirar do muro alguns dos tijolos que os outros estavam a colocar. O emprego aumentou, de dois "postos de trabalho" passou a haver três. A remuneração total paga aos "trabalhadores" aumentou 50%. No entanto, a produção de muro diminuiu e a receita também. A breve trecho ninguém queria esta equipa que produzia muros mais devagar e mais caros que a concorrência. Foram os três para o desemprego. À custa dos contribuintes.
Quando, porém, o muro é o funcionalismo público, o emprego é praticamente vitalício. A necessidade pouco cresce, ou diminui até, em função do constante progresso de processos e de tecnologias que, sendo mais eficientes, necessitam de menor intervenção humana. Porém, até agora em Portugal, o emprego na função pública não tem acompanhado esse progresso e continuou a aumentar. O poder de compra da população aumentou também. Contudo, como a produção nacional não aumentou, antes diminuiu, as importações cresceram e o País endividou-se, deixando de ser possível criar novos empregos e até manter os existentes. A economia entrou em colapso. Por culpa própria.
A esta fase idealista da prioridade ao emprego, seguem-se inevitavelmente fases duras de reorganização das finanças e de recuperação da economia, recuperação esta sempre lenta e dolorosa.
O emprego não é – e nunca poderá ser – o motor do desenvolvimento. Como se viu atrás, o emprego não tem condições para implicar melhoria de qualidade, de competitividade, de redução de importações, de aumento de exportações e de atracção de investimento estrangeiro. O emprego não é motor. É consequência. O verdadeiro motor de desenvolvimento é a economia. Se a economia for bem orientada, priorizando a produção de qualidade e a competitividade comercial, daí resultarão naturalmente aumentos de exportações e de investimento estrangeiro. O sistema produtivo expandir-se-á, não só nas unidades produtivas directas, como também reflexamente no sistema produtivo de matérias primas, de equipamentos, de engenharia e de serviços que alimentará aquelas. O desenvolvimento será generalizado. E, por esta via, o aumento do emprego será não só quantitativo mas também qualitativo. Os trabalhadores serão progressivamente mais procurados e mais bem pagos.

A renegociação da dívida

Os partidos políticos da esquerda, bem como grande parte da população que se deixa comandar por "evidências" imaginadas, afirmam que a solução para os problemas da nossa dívida, do desequilíbrio da balança comercial, da recessão, do desemprego e da crise socioeconómica actual não é o programa de austeridade presentemente em execução, mas sim a renegociação da dívida.
Será que, na actual situação crítica, a renegociação é possível? Para o julgar, convêm analisar se a alternativa é válida e – só nesse caso – se seria vantajosa para o País. Começando, então, por caracterizar a eventual renegociação da dívida, só há duas possibilidades: ou deixamos de pagar a totalidade ou parte da dívida a que nos comprometemos, ou assumimos integralmente a responsabilidade de a pagarmos, mas pretendemos só o fazer de modo mais suave, de preferência após um período de graça mais ou menos dilatado.
Se não pagarmos ou se interrompermos o pagamento das amortizações e dos juros vencidos, isto é, se entrarmos em incumprimento, estaremos a roubar os nossos credores de parte da retribuição dos empréstimos que lhes havíamos solicitado. O processo é inaceitável em termos morais. Mas, além disso, em termos práticos, as portas de novos empréstimos fechar-se-iam imediatamente e o País, por falta de dinheiro, deixaria de poder pagar aos seus trabalhadores

e aos seus credores internos. O sistema bancário deixaria de funcionar, a população economicamente mais desprotegida deixaria de ter dinheiro sequer para se alimentar e entraria em conflitos de crescente gravidade pela sobrevivência. O Estado tornar-se-ta um profundo caos e o desastre total. Não pagar, não é solução.

Fica, como renegociação admissível, a modificação dos prazos e das condições de pagamento dos empréstimos. Se tentássemos dilatar ou modificar o prazo de pagamento da nossa dívida actual – isto admitindo que os nossos actuais credores estariam dispostos a negociar tal alteração – haveria quatro consequências, todas elas graves: i) criaríamos na população a sensação que afinal a situação não era suficientemente crítica para justificar as actuais medidas de austeridade e que podíamos voltar ao anterior desleixo de gastar mais do que produzimos; ii) deixaríamos de ser considerados parceiros em quem se pode confiar e, como consequência imediata, as condições a que nos teríamos que sujeitar seriam muito mais gravosas que as do actual pacto com a "Troika"; iii) os juros conjuntos da nossa dívida seriam correspondentemente aumentados, agravando a situação; e iv) reincidiríamos na irresponsabilidade de transferir para as gerações futuras – isto é, para os nossos próprios filhos – as dificuldades que agora não queremos enfrentar.

O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, que, na Assembleia da República, têm dirigido violentos ataques ao Governo, afirmam que a renegociação da dívida é uma alternativa muito melhor que a austeridade que este está a pôr em prática. Não dizem, porém, qual a forma e o conteúdo dessa renegociação, nem com quem é que ela seria estabelecida. Quer dizer, pretendem um cheque em branco para substituir o plano do Governo, sem dizerem, no entanto, qual o valor do cheque que os Portugueses teriam que pagar, nem a quem, nem tão pouco em que condições.

Admitindo, com grande esforço de imparcialidade, que estes críticos possam ter razão, havendo possibilidades de atingir um melhor escalonamento dos pagamentos da actual dívida (amortizações e juros), julgo que é dever patriótico dos defensores da negociação do reescalonamento dirigirem-se, eles próprios, directamente às potenciais entidades financiadoras, discutirem em detalhe o eventual plano alternativo de recuperação económica e financeira do Estado Português e apresentarem à Assembleia da República uma proposta detalhada desse novo plano. Tal proposta deveria especificar, de forma muito clara e quantificada, as condições a que se obrigariam o Estado português e os potenciais financiadores, muito especialmente: quem seriam esses financiadores potenciais; qual a duração do contrato de financiamento; qual a programação calendarizada de todos os pagamentos parcelares (amortização de capital + juros) da dívida vicenda.

Deve ser exigido, aos representantes dos partidos que criticam o plano do Governo e que dizem ser possível fazer melhor, através da renegociação da dívida, que apresentem, na Assembleia da República, prova da real viabilidade da alternativa insinuada nos seus discursos (inflamados e perigosamente convidativos a possíveis atitudes de contestação no trabalho e nas ruas).

Se a renegociação é melhor que o actual plano de austeridade,

Deve ser exigido, aos representantes dos partidos que criticam o plano do Governo (...) que apresentem, na Assembleia da República, prova da real viabilidade da alternativa insinuada nos seus discursos

devem apresentar prova concreta disso. Mas, se não forem capazes de o fazer, então que tenham a necessária humildade patriótica para apoiarem ou, pelo menos, deixarem de prejudicar o actual esforço para superar a crise, esforço esse em que estão empenhados o Governo e todos os portugueses que se identificam com ele.

Proposta de acção

O Governo tem a obrigação e o dever de refutar e desmontar estas falácias, demonstrando o erro dos respectivos pressupostos de base, em termos simples e que toda a população possa compreender. Os vitupérios – e até afirmações insultuosas – que representantes de partidos de esquerda vêm fazendo na Assembleia da República e que dirigentes sindicais vêm propalando em debates públicos, reuniões de trabalhadores e em discursos inflamados às portas de empresas em dificuldades, são totalmente inaceitáveis e não podem ficar sem resposta fundamentada e exaustiva. Semear o ódio e provocar a revolta dos trabalhadores e da população menos esclarecida, contra medidas que contribuem para a correcção dos erros e para a melhoria da situação é um comportamento anti-social, de consequências extremamente graves. É um contagiante condicionamento intelectual, que se não for enérgica e permanente combatido, com a desmontagem das falácias de base, dará origem a progressivo afastamento e crescente oposição por parte da população menos esclarecida, evoluindo para perturbações da ordem pública, tumultos, greves selvagens e, no extremo, poderá conduzir à desagregação do Estado. É obrigação do Governo evitar que isto aconteça.

Autor

Carlos Beaumont
Sócio n.º 129/85 da AACDN

"Cidadania e Defesa" a prestigiar a AACDN

Tudo o que existe tem nome. A essência da existência é mesmo o seu nome. Só assim as coisas, as pessoas, os seres *são* identificáveis. Só os conhecemos desse modo, pelo seu nome.

Como se chama? É a primeira pergunta que se faz, quando se quer saber o que é, ou quem é.

Ora, o Boletim da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional não era senão um boletim, sem nome. Chegou, porém, a hora de ser denominado.

O nome deve ser consentâneo com os objectivos que o boletim procura transmitir aos seus leitores – auditores, ou entidades individuais ou colectivas – interessados em assuntos de Defesa Nacional. Por isso, a Direcção deliberou que se designasse por **CIDADANIA E DEFESA**.

F. Marques Fernandes

(In Cidadania e Defesa nº 1, Fev 2002)

Estando a chegar ao fim este mandato, chegará, também, ao fim o nosso Boletim Informativo, *Cidadania e Defesa*, com a actual Ficha Técnica.

O seu primeiro número reporta-se ao mandato do Major-General Mariz Fernandes (2002/2003). No mandato que se seguiu, do Dr. José António Silva e Sousa, o Boletim mudou de ficha técnica, tendo sido editados apenas três números, sendo um duplo. Com a presidência do Dr. Abílio Ançã Henriques,

reiniciou-se a publicação do *Cidadania e Defesa*, continuando no mandato seguinte, o do Major-General Silveira Sérgio, e terminando agora com a actual direcção

sob a presidência da Dra. Isabel Meirelles.

A existência do *Cidadania e Defesa* deveu-se à prestimosa colaboração de muitos dos nossos Associados, com os seus magníficos artigos, de opinião, de tese, de história; à colaboração de gente não associada que também quis contribuir com escritos relativos à Cidadania, à Defesa, à Segurança; aos oportunos editoriais dos diversos presidentes de Direcção.

A existência do *Cidadania e Defesa* deve-se, também, à permanente (de longa data) colaboração do *Jornal do Exército*, dada pelos seus dois últimos directores, o Coronel Teixeira de Góis e o Coronel José Custódio Madaleno Geraldo, ainda em exercício.

E, evidentemente, a maior colaboração foi prestada pela Senhora Dona Elisa Pio, elemento imprescindível do *Jornal do Exército*, que, sob consciente e aturada orientação do Editor, fazia dar à estampa, regularmente, o *Cidadania e Defesa*.
Com efeito, a sua meticulosa organização, o seu empenho e dedicação constantes à "causa" e o seu saber "de

experiência feito" contribuíram para que o "produto acabado" saísse primoroso e originasse os maiores encómios por parte dos nossos estimados Associados e demais leitores. Devemos, pois, estar gratos pelo seu excelente trabalho de vários anos.

À Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA (na pessoa do Dr. Jorge Galvão), devemos-lhe a valiosa colaboração, a título gracioso, das inúmeras fotografias que serviram para ilustrar os mais diversos artigos e muitas capas da "revista".

De realçar o cuidado posto na revisão de todos os textos publicados.

Destacam-se, também, duas secções permanentes que tiveram grande êxito: *Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós 25 de Abril* (Firmino Miguel, Loureiro dos Santos, Amaro da Costa, Azevedo Coutinho, Freitas do Amaral, Mota Pinto, Rui Machete, Leonardo Ribeiro de Almeida, Eurico de Melo, Carlos Brito, Figueiredo Lopes, Antônio Vitorino, Veiga Simão, Jaime Gama, Castro Caldas, Rui Pena, Paulo Portas, Luis Amado e Severiano Teixeira) e *UmDeCadaVez*, que deu a conhecer, indiscriminadamente, muitos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de quatro décadas, se notabilizaram nas suas diversas áreas - nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra (Maria de Belém, Fernando da Silva Rebelo, Paulo Vallada, Themudo Barata, Costa Matos, Perpétua Rocha, Dom Duarte Pio, Alberto Maia e Costa, Seixas da Fonseca, Lemos Pires, Filomena Dias de Almeida, Alberto Coelho, Maria do Céu Pinto, Mário Gomes, Leonor Beleza, Manuel Gameiro, Isabel Meirelles, Vieira Borges, Fernanda Mestre, Mariz Fernandes, Maria José Rebocho, José da Silva Monteiro, Bacelar Begonha, Ancã Henriques, Horácio Maia e Costa, David Assoreira, Jorge Alves Pereira, Eduardo Gonçalves, Vasco Branco, João Silva Pereira, Vasco Trigo, Isabel Aguiar Branco Cardoso Ayres, Isabel de Herédia e Bragança, Manuel de Jesus Alves, Rocha Vieira, José Pereira Osório e Isabel Leitão).

Podemos, assim, dizer que esta publicação tem vindo a cumprir a missão: dar a conhecer a AACDN, prestigiando-a, "Nos Caminhos da Nação" como é lema do IDN, nossa Casa-Mãe.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Actualidades & Acontecimentos

Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição

A Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição (IMNSC) é uma Associação Pública de Fieis, com personalidade jurídica, erigida pelo Bispo de Lamego e formada por católicos, militares e civis de ambos os sexos, nacionais e estrangeiros, que norteiam o seu proceder no respeito pelas tradições castrenses e pela prática das nobres virtudes militares. É a continuadora e herdeira da história e tradições da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, erecta na segunda metade do século XIX, na Igreja de Santa Cruz em Lamego.

Desde o início da sua actividade, esta Irmandade Militar assumiu ser de âmbito nacional e também internacional, fundamentalmente por causa dos militares estarem sempre sujeitos a uma grande mobilidade, dentro e fora de Portugal, como também pelo facto dos seus novos membros, militares e civis, serem oriundos de todas as regiões do País e haver, também, alguns que são cidadãos de países amigos e aliados que, com os seus confrades portugueses, comungam da espiritualidade e das finalidades da Irmandade.

Entre os seus Fieis, contam-se diversos Auditores com o Curso de Defesa Nacional, nomeadamente a Presidente da Direcção, Dra. Isabel Meirelles, que recentemente teve a sua Investidura, em missa solene na Igreja de Santa Cruz, em Lamego.

Apresentação de cumprimentos ao Secretário de Estado e da Defesa

A Presidente da Direcção da AACDN, Dr.ª. Isabel Meirelles, acompanhada pela sua Vice-Presidente, Dra. Maria do Céu Madeira, e pelo Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José Monteiro, deslocou-se ao Ministério da Defesa Nacional, com o fim de apresentar cumprimentos ao Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Braga Lino.

Esteve, igualmente, presente no encontro o Chefe de Gabinete, Dr. Saldanha Serra, também ele associado da AACDN.

Após a apresentação de cumprimentos, o Secretário de Estado trocou impressões acerca de problemas de Segurança e Defesa com os elementos da Direcção, tendo sido afirmada a sua disponibilidade para colaborar, no respeitante a estudos e pareceres técnicos, no âmbito da Secretaria de Estado.

A Dr.ª. Isabel Meirelles formulou votos dos maiores êxitos e felicidades ao Dr. Paulo Braga Lino, no exercício das suas funções e na condução dos destinos de Portugal.

Delegação de Coimbra da AACDN visita Concelho da Lousã

No passado dia 8 de Outubro, um grupo de 16 participantes da Delegação Centro da AACDN deslocou-se, em visita de estudo, ao concelho da Lousã, partindo, em autocarro, de Coimbra.
Na apresentação de cumprimentos, no salão nobre da Câmara Municipal da Lousã, o Presidente da Delegação Centro da AACDN, Engenheiro Aires Francisco, proferiu palavras de agradecimento, apresentou os visitantes e falou dos objectivos da AACDN, a Segurança e a Defesa Nacional.
Seguiu-se a visita à fábrica de papel da *Prado - Cartolinas da Lousã, S.A.*, uma das mais antigas do país, com quase 300 anos, fundada no reinado de D. João V, que nunca deixou de laborar até aos nossos dias; presentemente, esta fábrica emprega 129 pessoas e produz 25.000 toneladas de papel, por ano, para todo o mundo.
De seguida, os visitantes dirigiram-se de autocarro para a Aldeia de Xisto do Talasnal; para o efeito, foi utilizado um troço de estrada florestal da Serra da Lousã, que servia o Rali de Portugal.
Após o almoço, alguns dos Auditores efectuaram um percurso pedonal até à Ermida e Castelo da Senhora da Piedade. Daí, os participantes dirigiram-se, de autocarro,

até à Aldeia de Xisto do Candal.
Terminada a visita, regressaram a Coimbra, mais ricos de conhecimentos.

Visita ao Refúgio Aboim Ascensão ilumina Natal de Faro

O Refúgio Aboim Ascensão cumpriu mais uma vez a tradição de acender as luzes de Natal na imponente árvore que domina o pátio da instituição, situada em Faro e superiormente dirigida pelo nosso associado Dr. Luís Villas-Boas. A cerimónia contou, este ano, com a presença da Presidente da Assembleia da República, Doutora Assunção Esteves, que se fez acompanhar de uma delegação parlamentar multipartidária e do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Prof. João de Almeida.
O acto, no qual a AACDN esteve formalmente representada, contou ainda com a presença de numerosas personalidades da vida política, social e económica da região algarvia, entre muitos outros convidados e amigos da instituição, tendo sido registado o número record de 1.029 visitantes.
O Refúgio Aboim Ascensão, como assinalou o seu director, acolhe presentemente 89 crianças em risco, com menos de seis anos, tendo atingido um índice de reencaminhamento de 75% para famílias recuperadas ou de adopção. Ali são também acolhidas e tratadas 14 crianças deficientes ou portadoras de doenças crónicas ou raras. O Dr. Villas-Boas enalteceu ainda "o apoio da Segurança Social e de diversos organismos oficiais bem como dos mecenas e o trabalho de uma equipa composta por 97% de mulheres – dentre as quais 24 são licenciadas em seis domínios diferentes – de muitos voluntários e quase 70 técnicas de acolhimento.

Actualidades & Acontecimentos

Visita ao CAOC 10, Infraestrutura NATO

No passado dia 5 de Dezembro, um grupo de cerca de 30 pessoas, entre Auditores e convidados, teve a oportunidade de visitar o CAOC 10 (Combined Air Operations Centre 10), intraestrutura NATO, implantado num *bunker* do Comando Aéreo, em Monsanto, Lisboa.
O grupo foi gentilmente recebido pelo Tenente-General PilAv José Tareco, Comandante Aéreo e do CAOC 10, cujo 2º Comandante desta infraestrutura NATO é o Brigadeiro-general Orlando Jiménez.
Na sala de *briefings* do *Bunker Bravo*, o Comandante Aéreo fez a apresentação desta infraestrutura, o Tenente-Coronel PilAv António Pereira falou-nos do Comando Aéreo e o Tenente-Coronel PilAv Fernando Costa "brifou-nos", sobre o CAOC 10.
Assim, ficámos a saber, entre outras coisas, que o Comando Aéreo tem como missão o planeamento, direcção e controlo dos sistemas de armas e actividades de defesa aérea do território nacional, competindo a este Comando a segurança de todas as unidades e órgãos da Força Aérea; que, para cumprimento da missão, possui diversas unidades (Bases Aéreas; Aeródromos de Trânsito e de Manobra; Unidades de Vigilância e Detecção); que as aeronaves da FAP estão integradas em Esquadras de Voo (de Instrução, de Caça, de Ataque, de Reconhecimento, de Transporte, de Patrulha Marítima, de Busca e Salvamento e que tem a vigilância de todo o espaço aéreo (Zonas das plataformas nacionais, ZEE e Área de Integração do Comando NATO, através das Unidades de Vigilância e Detecção de Fóia, Serra do Pilar e Montejunto); que há estruturas (meios materiais e humanos) permanentemente em serviço, 24 h dia/365 dias ano, com um grau de aprontamento para acção em poucos minutos; que com os seus meios, aeronaves e infraestruturas, dá apoio e colabora com os outros Ramos das Forças Armadas, participando na defesa militar da República e em acções de Segurança e Defesa do Estado, bem como com a GNR, PSP, PJ e SNPC e, ainda, com o Ministério da Saúde/Hospitais/INEM, em evacuações aero-médicas e transporte de órgãos para transplante.
Terminados os *briefings*, descemos, então, para o Combined Air Operations Centre 10, onde, na prática e em tempo real, se realiza o acompanhamento da acção e controlo de todo o espaço aéreo português.
A visita, foi, assim, muito agradável e transmissora de muitos conhecimentos, levando-nos a concluir da indispensabilidade das Forças Armadas, em constante serviço público, em prol das populações do nosso País.
Desta visita resultou a troca de lembranças: A AACDN presenteou o Comado Aéreo com uma medalha da Associação e o Comando Aéreo ofereceu um crachá à AACDN.

Novo website da AACDN

A Direcção da Associação tem agora um novo *website*, mais apelativo, profissional e social, oferecendo uma imagem mais moderna e dinâmica.
Com uma estrutura simplificada e assente numa plataforma mais flexível e rica em recursos, irá permitir uma publicação de conteúdos mais rápida e uma melhor visibilidade aos motores de busca.
Pretende-se, assim, chegar mais perto dos Associados, que fazem a vida da nossa Associação e são a nossa razão de existir.
Convidamo-lo, assim, a visitar o nosso website, embora no mesmo endereço de sempre, em http://www.aacdn.pt.

Seminário "Os Militares na Sociedade"

Realizou-se nos passados dias 13 e 14 de Outubro, nas instalações do IASFA, em Oeiras, o Seminário "Os Militares na Sociedade", por iniciativa da Associação de Oficiais das Forças Armadas.

Abriu o seminário o Prof. Doutor Adriano Moreira, que falou sobre a importância política e diplomática das Forças Armadas no mundo, salientando o papel importantíssimo da sua contribuição para a política externa de Portugal.

O deputado Dr. Guilherme Silva e o Almirante Melo Gomes, ex-CEMA, abordaram, respectivamente, a dimensão humana das Forças Armadas e o papel da Marinha no ambiente operacional.

Para concluir o primeiro dia, o General Ferreira da Cunha e o jornalista Carlos Santos Pereira dissertaram sobre o papel das Forças Armadas nas operações de paz, matéria de que têm larga experiência presencial.

No segundo dia registaram-se diversas intervenções sobre a presença militar de Portugal na CPLP, a participação nas missões de interesse público e o apoio ao bem-estar das populações.

Finalmente o deputado Basílio Horta discorreu sobre a dimensão económica das Forças Armadas, numa intervenção que suscitou animado debate.

À noite realizou-se o jantar de aniversário da AOFA na Messe de Oficiais de Monsanto.

A AACDN foi representada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Major-General Mariz Fernandes.

Natal na Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional

Para assinalar o Natal e o seu espírito, a Direcção da AACDN, uma vez mais, promoveu um convívio com Associados e amigos, que decorreu num ambiente de paz e alegria, na sede da Associação, ao Príncipe Real, em Lisboa.

O motivo foi um simples lanche onde não faltou, como é natural, o bolo rei, as filhós e os sonhos e, evidentemente, o Vinho do Porto, com o qual brindámos ao êxito da AACDN, ao seu futuro auspicioso, bem como ao dos seus associados, familiares e amigos.

Novos Auditores

995/85 - Dr. Luis Manuel S. C. P. Castro Santos (Read.)
996/10 - Dr. Luís Pedro Andrade Correia Botelho
997/06 - Dr. Artur Luis Viegas Soares Pais (Read.)
998/08 - Mestre Francisco Jaime Quesado
1000/01 - Prof. Doutor António de M. Arnaud (Read.)
1001/92 - Carlos Manuel Rodrigues Santos (Read.)
1002/07 - Dr. Ilídio Mateus Rosário Trindade
1003/04 - Cor. Mestre Arménio Timóteo Pedroso
1004/07 - Dr. Rui Ferreira Pereira
1005/04 - Cor. José Paulo Bernardino Serra
1006/99 - Superint.-Chefe José António J. Vaz Antunes
1007/11 - Mestre Pedro N. Pereira de Sousa Rodrigues
1008/08 - Dr. António Simões Cunha Santos
1009/10 - Mestre Paulo Marcos Palrilha
1010/94 - C.M.G. Luis M. Medeiros Ferreira (Read.)
1011/09 - Ten-Cor. António Marques Romeira
1012/11 - Manuel A. Passos Rodrigo
1013/10 - Profª. Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão
1014/10 - Mestre Mário Rodrigues Pontes
1015/06 - Superint.-Chefe Francisco M. C. O. Pereira
1016/Extraordinário - General José Luís Pinto Ramalho
1017/04 - Cor. Bartolomeu N. de G. da Costa Cabral
1018/11 - Drª. Maria Eduarda de M. B. Canas Mendes
1019/95 - Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício (Read.)
1020/04 - Drª. Maria Francisca A. R. Gil Saraiva (Read.)
1021/93 - Drª. Ligia Maria Fonseca Ferreira (Read.)
1022/03 - Dr. António Luís von Hafe Garcia (Read.)

Actualidades & Acontecimentos

Livro de uma Associada

A Drª. Altina Rento, licenciada em Direito, é doutoranda do Curso de Ciências Politicas, Cidadania e Relações Internacionais da Universidade Lusófona do Porto e é a nossa Associada nº. 978/10.
É co-autora dos recentes livros intitulados *Direito dos Museus* e *O Grande Desafio da Segurança e Defesa da União Europeia* com o Mestre Abel Laureano, docente da Universidade do Porto e seu marido.
À nossa distinta e douta Associada, Altina Rento, os Parabéns pelas excelentes publicações.

O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia

A convite do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, a Associação fez-se representar na conferência "O Novo Quadro de Segurança e Defesa Europeia. Desafios e Opções para Portugal", que teve lugar no ISCSP no passado dia 9 de Novembro.
Apresentaram comunicações o General Abel Cabral Couto e as Profs. Doutoras Laura Ferreira Pereira, Ana Isabel Xavier e Teresa Almeida e Silva.
Realce para a excelente intervenção do General Cabral Couto, um dos nossos mais brilhantes especialistas em Estratégia que, aproveitando a actual situação de incerteza que se vive na Europa e as recentes declarações do Presidente francês, afirmou, nomeadamente, que devemos acreditar no velho continente e que a hora, sendo crítica para todos, incluindo Portugal (talvez a maior crise nacional desde 1890), poderá ser uma oportunidade para se repensarem novas vias. Quanto à Defesa e à Segurança, tendo-as interligado mas fazendo uma excelente análise dos dois conceitos, afirmou que uma boa Defesa pressupõe uma boa Segurança e que a Europa deu grandes saltos qualitativos desde 1945 e que a paz no continente é um bem a manter a todo o custo. Defendeu que a cooperação com os EUA é fundamental, que a solidariedade entre os europeus deverá ser constante e que na questão da logística, da aquisição dos materiais e dos custos e manutenção dos mesmos há que evitar duplicação de meios financeiros. Finalmente, e como nota de esperança, disse que temos de compreender o projecto europeu, reanalisar o Tratado de Lisboa, criar uma nova utopia para a Europa e ter em consideração que a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de 1952, marcou o início de uma nova caminhada num continente que viveu sempre em guerra.
As outras três conferencistas abordaram questões processuais ligadas aos vários documentos jurídicos que constituem o suporte da estrutura legal da Europa comunitária, com realce para os aspectos mais directamente ligados ao nosso País.
No debate que se seguiu houve oportunidade de serem colocadas algumas questões mais polémicas a que os conferencistas deram as respostas que consideraram mais oportunas.
Tratou-se, em síntese, de uma iniciativa que, no momento actual, não deixou de funcionar como uma mensagem para todos os participantes no evento, incluindo alunos da Escola Naval, da Academia Miltar, da Academia da Força Aérea e da Escola Superior de Polícia.

In Memoriam

Do **Tenente-General Rui Antunes Tomás**, Associado nº 485/94, que faleceu no dia 23 de Outubro de 2011;

Do **Major-General Luis Manuel da Silva Pereira Coutinho**, Associado nº 441/93, que faleceu no dia 30 de Novembro de 2011;

Do **Engenheiro Hernâni António Matias Verdelho**, Associado nº 565/96, que faleceu no dia 12 de Dezembro de 2011.

Às Famílias enlutadas, a AACDN apresenta as mais sentidas condolências.

Sábados Culturais

26 Novembro

Visita ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos

A Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, a exemplo do que já vem sendo usual, realizou, no passado dia 26 de Novembro, mais um *Sábado Cultural*, desta vez a convite do Director do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos de Lisboa (LMPQF),

Para além do Director e Subdirector, estiveram presentes todos os responsáveis pelas Unidades de Produção, de Análises Químicas e Biológicas, de Aprovisionamento, entre outros. O Laboratório tem actualmente ao serviço 22 Militares e 84 Civis.

Os Auditores que participaram nesta visita tiveram a oportunidade de se aperceber da importância estratégica deste Laboratório, tanto na área da investigação e desenvolvimento, como na de produção de novos produtos farmacêuticos, prestação de serviços analíticos e sanitários, apoio logístico de aquisição, produção e distribuição de medicamentos e outro material sanitário e na formação de quadros militares na área das ciências farmacêuticas.

Eis a missão do Laboratório Militar: investigação e desenvolvimento; intervenção em acções de cooperação militar; logística da aquisição, produção e distribuição de medicamentos e outro material de consumo sanitário; constituição de reservas estratégicas para situações de emergência; prestação de serviços analíticos e de sanitarismo; formação dos quadros militares; apoio farmacêutico aos utentes militares e à "Família militar", em medicamentos e análises clínicas.

O Laboratório Militar desenvolve as seguintes actividades: análise de águas, controlo de qualidade de material, controlo microbiológico de ambientes, controlo de matérias-primas e material sanitário, produção de medicamentos e outros fármacos e reabastecimento e distribuição de medicamentos e outro material sanitário.

O LMPQF efectua, ainda, análises clínicas, como meio de diagnóstico, nas áreas da hematologia química e clínica, endocrinologia, virologia, microbiologia, parasitologia, imunologia, alergologia e serologia.

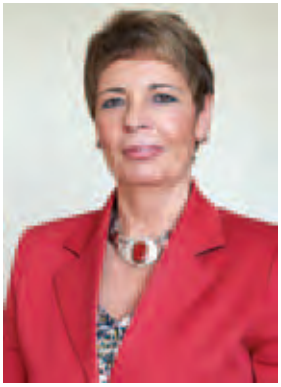
O Laboratório coopera com outros serviços similares no desenvolvimento da Ciência, em paralelo com a Defesa, nas áreas da Química/Física Nuclear e Biologia e analisa produtos usados em Bioterrorismo, Biocrime e Bio-Hacker. Dado o rigor destas análises, a recolha de produtos tem de ser feita de forma rápida, eficaz e segura, por forma a identificar-se com credibilidade máxima os químicos e biológicos, em tempo útil e com o máximo rigor.

O Laboratório tem grande preocupação pela manutenção de altos níveis de qualidade, o que faz com que o INFARMED recorra, frequentemente, ao LMPQF para verificação da esterilidade dos produtos e ambientes e, assim, possa usar a designação EU (Unidade do Exército), dado que o LMPQF é acreditado junto da União Europeia como Laboratório de Referência de Qualidade.

O Laboratório Militar é uma entidade pública mas com autonomia administrativa e financeira. O seu orçamento não depende, totalmente, do Orçamento Geral do Estado, à excepção do pagamentos dos vencimentos dos 28 Militares que lá se encontram a prestar serviço. Quanto às despesas com o restante pessoal civil e outros custos, o seu pagamento decorre das receitas próprias geradas pela venda de medicamentos e serviços que o Laboratório executa.

Catulina Soares Guerreiro
Associada nº. 804/03

1 de cada vez



Muitos continuam
a ser os Auditores
dos Cursos de Defesa Nacional que,
ao longo de mais de quatro décadas,
se notabilizaram
nas mais diversas áreas: nas Artes
ou nas Letras,
nas Ciências ou
na Educação, na Política ou na Guerra.
Porque a sua acção
é digna de mérito,
vale a pena ficar
a conhecê-los... indiscriminadamente...

Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão nasceu em Rio Frio, Bragança, em 1 de Outubro de 1962. É casada e tem duas filhas.

Licenciou-se em Economia na Universidade Católica Portuguesa. Mestra em Administração e Políticas Públicas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, frequentou uma Pós-graduação em Direito do Ambiente, no Centro de Estudos Judiciários - Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Iniciou a sua careira profissional, como professora das disciplinas de Matemática, de Sociologia e de Direito, de Janeiro de 1997 a Abril de 2000.

Em 9 de Abril de 1990, integra o quadro de pessoal da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente da Região Autónoma dos Açores, onde desempenhou as funções de Coordenadora do Gabinete Técnico. Em Setembro de 1994, é nomeada Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento do Gabinete Técnico do Secretário Regional do Turismo e Ambiente, acumulando a coordenação da Divisão de Arquivo e Documentação do mesmo Gabinete, até 28 de Fevereiro de 1995.

Durante este período, foi Consultora Económica e membro do "Conselho Técnico" da Câmara do Comércio da Horta.

Em 1 de Março de 1995, integra o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional. Em 12 de Dezembro desse mesmo ano, é nomeada Chefe da Divisão de Estudos Ambientais da Direcção de Serviços de Programação e Normalização da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional. A partir de 9 de Janeiro de 2002 iniciou funções como Directora de Serviços de Programação e Normalização da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

Em 1 de Agosto de 2006, inicia as funções de Directora Administrativa e Financeira da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, organismo dependente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, até 3 de Agosto de 2007, acumulando, em cerca de dois meses, as funções de Directora de Serviços de Administração Geral, da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, cargo este que desempenhou até 30 de Novembro de 2009.

Em 1 de Dezembro 2009 é nomeada Vice-Presidente da Autoridade Florestal Nacional, organismo dependente do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas.

Em 1 de Janeiro de 2011 foi nomeada Secretária-Geral do Ministério da Defesa, sendo a primeira mulher a exercer esta função.

Durante a sua carreira profissional, frequentou vários cursos, nomeadamente o Curso de Defesa Nacional, em 2002/2003; o Seminário de Alta Direcção, no Instituto Nacional de Administração (INA); o Curso "Programa de Formação em Gestão Pública" (FORGEP), no INA; o Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; o Diploma de Especialização em Direcção Financeira, no INA; outros cursos na NATO SCHOOL (SHAPE), em Oberammergau, Alemanha.

Foi membro dos órgãos sociais da Associação do Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, de Fevereiro de 2004 a Fevereiro de 2006, exercendo as funções de tesoureira. É a nossa associada nº 797/2003.

É membro dos órgãos Sociais da Fundação Escola Portuguesa de Macau (Conselho Fiscal) para o triénio 2009-2011.

Tem algumas publicações, salientando-se o recente artigo, "Plataforma de acesso ao processo individual dos trabalhadores do Ministério da Educação", (2011), em Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes (orgs.), Projectos de Inovação na Gestão Pública, Lisboa, Mundos Sociais Editora.

Co-autora do artigo "Ambiente, Poluição e Gestão Ambiental", publicado no Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXXXI, Abril/Junho de 2001, p. 259-274.

Autora de 12 guiões, para a elaboração de uma série, subordinado ao tema "Conduta Ambiental nas Forças Armadas".

No seu curriculum constam vários louvores, tendo sido agraciada com a Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe, em Junho de 2011.

Índice do Cidadania e Defesa
(Biénio de 2010 – 2011)

Cidadania e Defesa I n.º 38 I Abril-Junho 2010

Sumário

3 Editorial
4 Um dia de Abril
8 Missões de Paz – Participação portuguesa
13 Na gávea da Nau – Impõe-se mudar de rumo
16 Tomada de Posse dos Novos Órgãos Sociais
22 Mosteiro de Alcobaça – Sua importância na História de Portugal
26 Actualidades & Acontecimentos
28 Sábados Culturais – Visita ao Mosteiro de Alcobaça
30 1 de cada vez – Vasco Matos Trigo

Capa: Presidente da Direcção, Drª Isabel Meirelles

Cidadania e Defesa I n.º 39 I Julho-Setembro 2010

Sumário

3 Editorial
4 Para que a História os recorde
7 Na gávea da Nau – Da Promiscuidade Ideológica à Degradação Científica e Pedagógica da Escola
10 Armas Nucleares – avanços incrementais recentes
14 O valor dos Antigos Auditores do Curso de Defesa Nacional para as Forças Armadas
17 Actualidades & Acontecimentos
24 Sábados Culturais – Museu Nacional de Arqueologia
26 1 de cada vez – Isabel Maria Correia de Aguiar Branco Cardoso Ayres

Capa: Monumento aos Combatentes do Ultramar. Explosão Nuclear. Sessão Solene da Tomada de Posse do Director do IDN

Cidadania e Defesa I n.º 40 I Outubro-Dezembro 2010

Sumário

3 Editorial
4 Encontro Anual da AACDN – O Centenário da República
10 AACDN visita Base Aérea n.º 4 e a Ilha Terceira
16 A Importância dos Submarinos para Portugal
21 Na gávea da Nau – Disciplina de Educação Sexual no curriculo dos Ensinos Básico e Secundário
24 Actualidades & Acontecimentos
28 Sábados Culturais – Fragata "D. Fernando II e Glória"
30 1 de cada vez – S.A.R. a Senhora Dona Isabel Inês de Castro Curvelo de Herédia e Bragança

Capa: Submarino Tridente - Foto da Marinha Portuguesa

Cidadania e Defesa I n.º 41 I Janeiro-Março 2011

Sumário

3 Editorial
4 Justiça
8 As Aquisições de Defesa
13 Na gávea da Nau – A Escola não é um solar da burocracia, mas um espaço privilegiado da pedagogia
16 Portugal e o Norte de África: uma nova prioridade da política externa portuguesa
22 Actualidades & Acontecimentos
28 Sábados Culturais – Visita ao Centro de Investigação Champalimaud
30 1 de cada vez – Manuel José Rafael de Jesus Alves

Capa: Uma fila de refugiados, na Tunísia. (Foto da Lusa)

Cidadania e Defesa I n.º 42 I Abril-Junho 2011

Sumário

3 Editorial
4 EUROFOR – Exercício DRAGÃO PADRELA
8 Os Media e o Medo – Difusão do Terror na Opinião Pública
11 Quem fiscaliza os fiscais?
14 O papel das PME nas Indústrias de Segurança e Defesa
18 O Ensino Superior Militar em Portugal
23 Na gávea da Nau – Na procura de rumo para a Educação e para o Ensino
27 Actualidades & Acontecimentos
33 Sábados Culturais – Visita ao Porto de Sines
34 1 de cada vez – Vasco Joaquim Rocha Vieira

Capa: Fachada do IESM

Cidadania e Defesa I n.º 43 I Julho-Setembro 2011

Sumário

3 Editorial
4 Visita à Base Aérea N.º 5, em Monte Real
7 Na gávea da Nau – Do Modelo de Escola à Avaliação dos Professores
14 "ÀS ARMAS!" DA RAZÃO E DO BOM SENSO Medidas de excepção para combater a crise
20 A responsabilidade de proteger e a intervenção na Líbia
25 Actualidades & Acontecimentos
26 1 de cada vez – José Joaquim de Sousa Pereira Osório

Capa: Pine Cliffs Resort

Visite o nosso site em:
www.aacdn.pt

Consulte o nosso Blog através de:
http://aacdn-aacdn.blogspot.com

Visite-nos em:
Praça do Príncipe Real, 23 - r/c Dtº, 1250-184 Lisboa
Telefone: 00351 21 346 5888
aacdn.sede@mail.telepac.pt